



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais– FAJS
Relações Internacionais

PEDRO PAIVA DIAS LACERDA

O reconhecimento dos migrantes forçados por razões vinculadas à
identidade de gênero e orientação sexual

Brasília
2016



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais– FAJS
Relações Internacionais

PEDRO PAIVA DIAS LACERDA

O reconhecimento dos migrantes forçados por razões vinculadas à
identidade de gênero e orientação sexual

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientadora: Prof. Raquel Boing Marinucci

Brasília
2016

PEDRO PAIVA DIAS LACERDA

O reconhecimento dos migrantes forçados por razões vinculadas à
identidade de gênero e orientação sexual

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de bacharelado
em Relações Internacionais do Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB)

Brasília, ____ de _____ de 2016

Banca examinadora:

Professora Raquel Boing Marinucci

Orientadora

Professor (a) examinador (a)

Professor (a) examinador (a)

À todas as pessoas que sofrem diariamente e
passam por momentos de desespero devido a
trans/lesbo/bi/homofobia.

AGRADECIMENTOS

Com a monografia terminada, gostaria de prestar meus sinceros agradecimentos às pessoas que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada:

Primeiramente, agradeço ao apoio incondicional proporcionado pelos meus pais e irmãos durante toda a graduação e por terem sempre acreditado no meu potencial;

Ao meu avô Antônio, que forneceu todo o suporte financeiro para a realização desta graduação;

A minha avó Ivonina, por todas as sábias palavras de conforto que em toda a queda veio me confortar;

A todos os meus professores ao longo da graduação, especialmente a minha orientadora, Raquel Boing, pela orientação, apoio e confiança nesse projeto;

Ao Professor Renato Zerbini por ter aberto os meus olhos sobre a realidade que a população LGBTI vem passando há um longo tempo;

Aos amigos de longa data que mostraram ser pacientes e prestativos durante a elaboração desse trabalho, e aos amigos feitos no decorrer da graduação, os quais, espero, continuarão presentes em minha vida.

Ao Engajamundo, organização que proporcionou a possibilidade de coordenar o Grupo de Trabalho relacionado a Igualdade de gênero, em que venho trabalhando a dois anos;

Por fim, agradeço a todos que de certa forma me influenciaram e me inspiraram durante todo o momento até a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Como objeto de estudo, a pesquisa tem um grupo que se encontra à margem da sociedade. Este é tido pelos transgêneros (travestis, transexuais e intersexuais), grupo que não está ligado à orientação sexual (gays, lésbicas e bissexuais) e sim à Identidade de Gênero. Durante a pesquisa, descobre-se a necessidade de ampliação da amostra da pesquisa, passando esta a ser LGBTI - voltando a englobar orientação sexual. É, no entanto, a partir de tal grupo que será estudado, em termos de agentes relevantes para implementação das orientações políticas que tendem a atingir as demandas dos refugiados por identidade de gênero. Sendo assim, atingindo o objetivo de traçar as demandas dos refugiados perseguidos por identidade de gênero para, da mesma maneira, descobrir características que seriam dadas como um modelo de melhor acolhimento de pessoas perseguidas nesta determinada situação. Este estudo é realizado a partir de uma comparação realizada entre dois países de mesma região, porém com características de acolhimento díspares. O paralelo estabelecido entre os dois países é determinado por três indicadores, sendo eles: econômico, legal e sociocultural. Estes guias tiveram a função de guiar o estudo, para uma análise fora de determinações enviesadas, alicerçados em relatórios de grande importância tanto para a temática quanto para o ambiente internacional. Desta forma, o estudo se preocupou, em sua última sessão, em angariar principais pontos que se atentam a essas necessidades e que de certa forma serviriam para a criação de um ambiente propício a inclusão/ participação da população LGBTI.

Palavras-chave: Teoria Queer. LGBTI. Refúgio

ABSTRACT

As the object of study, this research has a group that is at the margins of society. This is seen by Transgender group, which is not connected to sexual orientation, but the Gender Identity. During that we discover the need to expand the research sample, allowing the latter to be LGBTI - returning to encompass sexual orientation. It is, however, from such a group to be studied in terms of relevant actors to implement the policy guidelines which tend to achieve the demands of the refugees gender identity; thus reaching the goal of drawing the demands of refugees persecuted for gender identity to the same way, discover features that would be given as a welcoming best model of persecuted people in this particular situation. This study is conducted from a comparison performed two countries of the same region but with different reception characteristics expected for this study group. The parallel established between the two countries would be determined by three indicators, namely: economic, legal and sociocultural. These guides have the function of determine the study to an analysis out of biased determinations, founded on great importance both for the thematic reports as to the international environment. Thus, the study is concerned, in its last session in raising key points that threaten to these needs and that somehow serve to create an environment conducive to inclusion / participation, this specific group.

Keywords: Theory Queer. LGBTI. Refugee

INTRODUÇÃO.....	8
1 CORPOS SUBALTERNOS: UM ESTUDO TEÓRICO	11
1.1 UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	11
1.1.1 O “dispositivo” foucaultiano como construtor histórico de um padrão	12
1.1.2 Identidades: parte constituinte dos sujeitos	15
1.2 DIFERENCIAÇÃO ENTRE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE	17
1.2.1 TEORIA DA PERFORMATIVIDADE, A CONSTRUTORA DA “VERDADE”	19
1.2.2 Orientação Sexual versus Identidade de Gênero	21
1.3 “O FORA DO PADRÃO”	23
2 DA MIGRAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DE LGBTI’S.....	27
2.1 MIGRAÇÃO	27
2.1.1 Breve Histórico do reconhecimento e proteção das pessoas em situação de refúgio.....	29
2.2 O REFÚGIO	30
2.2.1 O fundado temor de perseguição e minorias sexuais	31
2.3 SELEÇÃO DOS PAÍSES PARA ANÁLISE	34
2.3.1 África do Sul.....	36
2.3.1.1 Indicador Econômico	36
2.3.1.2 Indicador Legal.....	37
2.3.1.2.1 Âmbito internacional	37
2.3.1.2.2 Âmbito regional	37
2.3.1.2.3 Âmbito nacional.....	38
2.3.1.3 Indicador Cultural/Social.....	40
2.3.1.3.1 Abuso físico, verbal e sexual	40
2.3.1.3.2 Intersetorialidade: gênero, raça e classe	41
2.3.1.3.3 Abusos cometidos por autoridades do Estado.....	42
2.3.1.3.4 Atitudes públicas	43
2.3.2 Madagascar	43
2.3.2.1 Indicador Econômico	44
2.3.2.2 Indicador Legal.....	44
2.3.2.3 Indicador Cultural/Social.....	45
2.4 TABELA COMPARATIVA.....	46
3 REFUGIADOS PERSEGUIDOS POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE COMPARATIVA E RECOMENDAÇÕES	48
3.1 A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS QUE NÃO SE ADEQUAM AS NORMAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE	49
3.1.2 A invisibilidade dos refugiados LGBTI.....	50
3.1.2.1 Pontos em que os dois países Africanos se distanciam com relação a invisibilidade LGBTI	51
3.1.2.2 Pontos em que os dois países Africanos se aproximam com relação a invisibilidade.....	52
3.1.2.2.1 Abusos cometidos por autoridades do.....	53
3.1.2.2.2 Violência praticada pela população local	54
3.1.2.2.3 Isolamento que limita a possibilidade de sobrevivência dos refugiados	54
3.2 RECOMENDAÇÕES	55
CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

Atualmente, concede-se ao século XXI o título de era dos direitos humanos ou de era da globalização. Seja qual for a nomenclatura, ambos implicam em maior nível de interação interpessoal. Os Direitos Humanos foram criados com o intuito de evitar as atrocidades das guerras e garantir a proteção dos inocentes em nível universal, portanto, supõe-se que todos os que esperam sua proteção os implementem internamente. Quais os principais problemas enfrentados pelos refugiados perseguidos por questões atreladas à identidade de gênero? A pesquisa versa em analisar a solicitação de refúgio feita por pessoas que alegam ser perseguidas em seu país de origem em razão de sua identidade de gênero. Ademais, este grupo não encontra no Governo Nacional a proteção necessária para continuarem vivendo no local de origem. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) engloba nessa categoria: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais (LGBTI) conforme normativa específica do tema (ACNUR, 2011).

A pesquisa tem como objeto de estudo um grupo que se encontra mais à margem da sociedade. Este é tido pelos transgêneros (travestis, transexuais e intersexuais) grupo pelo qual não está ligado à orientação sexual (gays, lésbicas e bissexuais) e sim à identidade de gênero. Esse grupo será, portanto, o enfoque deste estudo, em termos de agentes relevantes para implementação das orientações políticas que tendem a atingir as demandas dos refugiados por identidade de gênero; sendo assim, atingindo o objetivo de traçar as demandas do movimento transgêneros para, da mesma maneira, descobrir o país que se encaixaria como um modelo melhor acolhedor de pessoas perseguidas nesta determinada situação.

Pode-se afirmar que temáticas menos tradicionais no campo das Relações Internacionais devem ser investigadas, uma vez que temas tocantes às questões de segurança e relações econômicas vêm sendo debatidos há muito mais tempo e, ainda que não esgotadas, possuem uma maior abundância de estudos. Ademais a compreensão de temáticas concernentes à inclusão social de minorias, mudanças que pertencem ao empoderamento ou, minimamente, a igualdade de direitos entre gêneros passa a ser foco de análise relevante para este campo de ciência. Nota-se,

portanto, uma lacuna maior de trabalhos que dizem respeito a temas tais como equidade de gênero principalmente nos que concernem a seara de direitos humanos e a população LGBTI.

Críticas propriamente ditas ao campo ontológico e epistemológico das Relações Internacionais reiteram, além da priorização de determinados temas pelos referenciais teóricos mais tradicionais, os quais apontam para a necessidade de perspectivas que não sejam apenas masculinas (TICKNER, 1988). Tickner ainda elucidou a importância da necessidade da inclusão teórica e empírica das mulheres nas discussões internacionais, a qual chama atenção para a equidade de gênero com enfoque a questão comportamental. Este debate, sobre gênero, tem-se ampliado para além da questão feminina e também acarreta em atribuições de direitos a outras abordagens, tais como LGBTI.

O debate sobre o tema é necessariamente interdisciplinar por englobar não apenas Relações Internacionais e o Direito Internacional Público, principal foco da pesquisa, que tratará da análise das demandas do movimento transgênero para, por fim, descobrir qual país seria um modelo no acolhimento de refugiados perseguidos por sua identidade de gênero. Este tema, portanto, dialoga com outros campos como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia. Essas últimas com o intuito de compreender a questão do preconceito, exclusão e discriminação. Nesse sentido, o estudo justifica-se por enriquecer o debate das Relações Internacionais.

Ademais, tratando especificamente da temática do refúgio, a questão do gênero é essencial, mais ainda nesse sentido da ampliação do que se entende por gênero. As normativas e políticas especiais direcionadas à mulher têm sido bastante difundidas. Entretanto, para grupos LGBTI a questão é mais recente. Visto que a primeira normativa a tratar do refúgio data de 1951, porém orientações específicas que contemplem este grupo são do ano de 2009. Ou seja, há uma grande lacuna na compreensão de como vem sendo dado andamento contemporaneamente a esses tópicos.

É significativo ainda ressaltar que se vive em um momento em que, até a presente pesquisa, 76 países criaram leis discriminatórias que criminalizam pessoas que se incluem neste grupo social LGBTI. Somado a isso, cinco destes 76 atribuíram pena de morte ao mesmo grupo, como medida de punição (ACNUR, 2012).

Com relação à determinação da escolha do desenho de pesquisa, acredita-se, segundo Yin (2003), que um estudo de caso se baseia em generalizações

analíticas por meio do estudo de casos concretos. Em seguida, a análise de casos é apropriada em pesquisas nas quais o investigador não possui controle sobre os eventos estudados, o que se adequa ao caso do presente trabalho.

Este estudo de conclusão é realizado a partir da comparação entre dois países cujo comportamento é contrários na receptividade de refugiados motivados pela sua identidade de gênero. Tal proposta foi delineada de modo que refletisse as características necessárias à demanda de tal amostra.

Em síntese, este método procura isolar casos representativos de uma diversidade de situações e trabalhar com casos que apresentem configurações claras. É, desse modo, indispensável a este desenho de pesquisa que a abordagem da perspectiva histórica e estatística devem estar presentes na produção de uma pesquisa que faz uso do método comparativo (SARTORI, 1994, apud. GONZALES, 2008).

Por fim, o trabalho que se segue apresenta sua divisão com o intuito de contribuir para o complexo estudo que se faz em torno da população de pessoas que passam pelo fundado temor de perseguição para, então, buscar segurança em outro Estado. Segue-se, assim uma preocupação com a cronologia da problemática com um primeiro capítulo preocupado com a compreensão de termos essenciais no entendimento da população de transgêneros para, posteriormente aprofundarmos o entendimento de questões perpassadas pela população de refugiados perseguidos por sua identidade de gênero, no segundo capítulo.

1 CORPOS SUBALTERNOS: UM ESTUDO TEÓRICO

Este capítulo tem como principal foco traçar um caminho para a compreensão da população LGBTI, principalmente no que compete a população de pessoas transgêneros. Posto isso, há a preocupação de se explanar como é historicamente construída a noção de sexualidade e que por fim desenvolve e reforça o padrão heteronormativo. Abrem-se, por conseguinte, portas e novas dificuldades quanto à explicação de conceitos chave para se compreender o grupo específico selecionado, para este trabalho. Os quais permeiam: identidade, sexo, sexualidade e gênero; conceitos que darão as direções do caminho que será seguido, por fim, norteará todo o estudo deste trabalho de conclusão. Com a base conceitual determinada discorrer-se-á sobre a teoria da performatividade, de Judith Butler, pois se faz de extrema importância no entendimento mais a fundo, do grupo de pessoas perseguidas, no segundo capítulo.

A teoria retoma alguns conceitos de Foucault, como a ideia de dispositivos, em que se faz necessário para uma primeira imersão a problemática que é proposta calcado na violência estrutural, diretamente ligada à agressões realizadas não apenas ao físico, mas também ao psicológico do ser. Essa agressão submetido Ser pela diferenciação social por não se adequar as normas historicamente construídas, o que para Butler são os seres performativos. Por fim, o capítulo objetiva-se em transitar o denso caminho teórico que é preciso para o entendimento do grupo em estudo, assim como das situações em que estão submetidos a passar.

1.1 Uma construção histórica

É perceptível, historicamente, em sociedades patriarcais, que as relações de poder são os principais definidores hierárquicos quando se diz respeito a homens e mulheres. Costuma-se valorizar, principalmente em sociedades ocidentais, o masculino e excluir, desvalorizar, mistificar o feminino (BOURDIEU, 1988). Quando se discursa em “identidade de gênero” faz-se referência à percepção subjetiva do “ser” masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis, que ao longo do tempo foram determinados exclusivamente a homens ou mulheres. Com o andar do tempo, essas hierarquias que foram geradas entre gêneros resultaram em desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre mulheres e homens. Sem excluir a produção de preconceitos e discriminações que atingem

jovens de diferentes orientações sexuais (bissexuais, lésbicas, intersexuais, assexuais, pansexuais, gays, heterossexuais, transexuais e travestis).

Ao se falar sobre o domínio sexual do ser, há quem considere que seja algo velado apenas entre quatro paredes e exclusivo à cama – falado e tratado apenas com alguém muito íntimo. Somado ainda a algo pertencente a todos nós, homens e mulheres de forma intrínseca, determinada, “natural” o que determinava não ter dimensão social e exclusiva à vida adulta e praticada apenas com um (a) parceira (o) do sexo oposto (LOURO, 2000).

Este debate sobre identidades, práticas sexuais e gênero tem tomado forma mais acalorada a partir dos anos 60 provocado, especialmente, pelos movimentos feministas, LGBTI e por todos que se sentem ameaçados por essas manifestações. São essas novas discussões que deram forma e visibilidade a novas identidades provocando novas divisões sociais. Sendo, portanto, o encurtamento tempo-espaço¹ – determinado pela globalização – o grande fator influenciador para o surgimento de novas identificações sociais por ser um agente na criação, recriação e descoberta de novas identidades e possibilidades que o mundo globalizado proporciona.

É o que há de mais íntimo nos indivíduos e aquilo que os reúne globalmente como espécie humana. Está inserida entre as “disciplinas do corpo” e participa da “regulação das populações”. A sexualidade é um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade. (ALTMANN apud FOUCAULT, 2001, p. 576).

Através do fenômeno da globalização, como centro influenciador para a percepção dessas novas identidades, é que Louro (2000) chega à conclusão que sexualidade não se trata apenas de uma questão pessoal, mas sim social e política. Não deve ser, assim, tratada como algo exclusivamente privado, mas sim como algo que é construído e reformulado constantemente ao longo da vida, fruto de processos históricos e culturais em que o indivíduo está inserido.

1.1.1 O “dispositivo” foucaultiano como construtor histórico de um padrão

Percebe-se que se vive em um mundo no qual se respira que o correto e o natural é casar-se com alguém do sexo oposto; ter filhos; que meninos gostam de

¹ Aceleração de processos globais devido a facilidade de comunicação e coleta de informação resultando na quebra de barreiras espaciais. Para maiores informações consultar HARVEY (1992).

azul e meninas de rosa. Contudo, chega-se em um estágio em que há a necessidade de se pensar qual a genealogia desta ordem “natural”. Isto é trabalhado por Michel Foucault (1988)², o qual busca entender principalmente pelas práticas discursivas e não discursivas, como se dá a construção de uma ideia do “natural”, do correto, da construção do dispositivo. Este último está sempre incluso dentro de práticas, obras arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

São, portanto, essas práticas, coisas, subjetividades que acabam determinando, indiretamente e constantemente, nossas ideias e ações com o objetivo de controlar e normatizar “verdades” a respeito do corpo, tanto em seu aspecto fisio-biológico, quanto em termos de prazer. Para o filósofo, este dispositivo, em determinado momento histórico, teve a função de ser praticado a partir de um exercício interventor na construção das subjetividades e dos valores morais, com relação aos prazeres corporais.

É por meio do dispositivo que se possibilita criar relações entre esses elementos com a constituição do ser. Torna-se necessário dar evidência ao caráter de uso contextual do dispositivo, haja vista que em certo período histórico houve como imperativo “responder a uma urgência”, ou seja, destaca-se a função estratégica deste, evidenciando a manobra e a tática de instituições como a igreja e até mesmo o Estado em dar essas respostas aos seus fiéis e cidadãos, segundo Foucault (1988).

A hostilidade à homossexualidade começa a aparecer enraizada nas estruturas sociais a partir da segunda metade do século XII com a literatura popular e se expandindo à teologia e aos escritos jurídicos (ORTEGA, 2002). Esta aversão, hostilidade e “ódio” estariam ligados à manifestação das instâncias eclesiásticas em repudiar grupos minoritários. Isto se intensifica nos séculos XIII e XIV com o surgimento do governo absoluto onde se impera a vontade de uniformizar e regular a sociedade, consolidando assim o poder civil e eclesiástico (criação da Inquisição – instrumento de uniformização dogmática através da aniquilação das diferenças) (BOSWELL, 2002, apud ORTEGA, 1995). A tentativa de eliminação da feitiçaria, a repugnância ante a homossexualidade, a expulsão dos judeus, entre outras que são testemunhas dessa vontade de uniformização de tudo que não se adapta a um

² História da Sexualidade I: a vontade de saber

padrão da normalidade são as principais formas de “responder a urgências” que Foucault trazia como principal norteador da temática frente a genealogia da repugnância à homossexualidade.

Em uma sociedade voltada para uniformidade, a percepção de grupos sociais que estão fora do controle talvez gere temor e desconfiança, capazes de ameaçar o *status quo*. Na maior parte da Europa, entre os anos de 1250 e 1300 a atividade homossexual se tornou ilegal e a sodomia representava a maior arma contra esses grupos (ORTEGA, 2002). “Aberração perigosa, antissocial e gravemente pecaminosa” (BOSWELL, 1995 apud ORTEGA, 2002, p. 88) era como os homossexuais eram condenados à pena de morte, na Europa, neste período onde a conduta homossexual deixa de ser algo pessoal e passa a ser de interesse público.

O crescimento da intolerância perante a tal minoria sexual deve-se a importância que fora dada a natureza do pensamento ao direito canônico do século XII, conduzindo-se a interpretações que a homossexualidade seria um comportamento antinatural, chegando a ser comparado com bestialidade, heresia e até ao canibalismo (BOSWELL, 1995 apud ORTEGA, 2002). A crescente intolerância – desde fins do século XII – que caracterizou a Europa, fez que se tornasse uma obsessiva preocupação negativa com a homossexualidade, tornando-a o mais horrível dos pecados.

Ao inserir o termo dispositivo acoplado ao uso de estratégias, evidencia-se a presença do poder – o que possibilita um saber, o qual será suposto como autêntico – evidenciado nesse estudo genealógico. Ou seja, por meio do poder haverá a fabricação de saberes enquanto verdades, para isso, far-se-ia o uso de discursos. A partir dessa breve exposição pode-se observar que “o dispositivo [...] está sempre inscrito em um jogo de poder” (FOUCAULT, 1979, p.139).

Este dispositivo, proposto por Foucault, dialoga diretamente com o pensamento de Bourdieu (2002) em que a ordem social não se trata da representação de uma fantasia ou de uma “ideologia”, corresponde a um sistema de estruturas duradouras que são reproduzidas tanto objetiva, como subjetivamente, já que estão inscritas nas coisas, nos corpos, nas mentes, nas atividades e nas posições sociais. Estas estruturas organizam não apenas a realidade social, mas também as percepções e representações que os indivíduos fazem desta realidade,

de si mesmos e dos outros; são incorporadas na forma de *habitus*³. Foucault (2005), como percebido anteriormente, rejeitava a ideia que o sexo era destinado a ser algo apenas da expressão biológica do ser humano, mas sustentava que o sexo e a forma como o sexo era percebido e vivido mudavam conforme o tempo e tinham diferenças de uma sociedade para outra.

Pode-se acrescentar ainda que a ideia de sexualidade adotada na contemporaneidade segue um padrão socialmente errôneo em que o prazer sexual está diretamente ligado ao ato sexual e principalmente à penetração, tanto nas relações sexuais homossexuais, quanto heterossexuais. Sendo assim passaria a sexualidade a ser a ser um dispositivo, de certa forma determinante, a uma identidade construída por uma cultura heteronormativa?

1.1.2 Identidades: parte constituinte dos sujeitos

As identidades sociais são definidas no âmbito da cultura (todas elas: sexuais, gênero, identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc.). Essas várias identidades são parte constituinte dos sujeitos, na medida em que estes são repreendidos em diferentes situações, instituições e grupos sociais. Reconhecer-se em determinada identidade supõe responder a essas repreensões e estabelecer um sentimento de pertencimento a um grupo social de referência (LOURO, 2000). A sexualidade não foge dessa normatização excludente, construída socialmente com a intenção de controlar “verdades” e instituir o poder sobre os ditos mais fracos.

Louro (2000)⁴, realiza uma revisão da realidade escolar para tomar notas a respeito de como é dada essa “naturalidade” como é realizado esse processo de “naturalização do ser”. Nesta revisão, argumenta a partir do princípio do que é escola, sendo este o lugar onde se faz amigos, onde há um convívio em sociedade, o primeiro momento onde se aprende a ser cidadão (entender direitos e deveres), o lugar no qual irá se experimentar a sociedade e principalmente respeitar, entender e conhecer as diferenças. A autora chega a concluir que para muitas questões que permeiam a cabeça dos alunos a sociedade já havia imposto uma realidade até

³ O *habitus* é uma noção intermediária que analisa como as estruturas são incorporadas pelos indivíduos de forma que sejam duráveis por meio da forma de agir, pensar e sentir. É um conceito que explica como as estruturas sociais se tornam estruturas mentais – intrínsecas -, como a ordem social se reproduz objetiva e subjetivamente.

⁴ Obra intitulada O corpo educado: pedagogias da sexualidade

mesmo antes de nascerem, já existem conceitos introjetados referentes ao gênero e como devem se comportar.

Neste ponto é que Louro (2000) cria sua base de argumentação, que está ligada ao não reforço dessas realidades criadas e impostas socialmente. Afinal, ser homem ou mulher não se restringe a características tão pequenas que são determinadas pela cultura ocidental. Ela ainda reforça o quão prejudicial é a não abordagem dessas questões pelo ambiente escolar, visto que de forma crescente se criam seres humanos cada vez mais distantes uns dos outros e assim começam a se excluir da sociedade. Portanto, falar deste assunto é disseminar a diversidade e diminuir a intolerância entre os outros. Falar de gênero, por fim, é falar de igualdade, união entre os outros, direitos humanos, respeito para toda a sociedade e principalmente identidade.

Ao falar de identidade, Castells (2002) identifica que não se trata de algo preestabelecido e constata que este conceito é proveniente das relações entre os atores sociais que, por meio de processos de identificação e não identificação permitem que significados sejam desenvolvidos para os indivíduos. É a partir deste ponto de vista que se vislumbra um leque de possibilidades, e que acaba por desmistificar que o gênero, por exemplo, se limite apenas a características rígidas ditadas pela sociedade antes mesmo do ser ter sido concebido. Dessa forma, permite-se que a identidade seja regida individualmente fora de caracterizações e determinações criadas historicamente por uma sociedade.

Para o mesmo autor, as identidades são fontes de significados para os atores, podendo ser resultado de internalizações dos significados difundidos pelas instituições dominantes, ou seja, a construção social das identidades reflete em grande parte as relações de poder valendo-se do que é fornecido pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais.

Ao analisar a realidade da população, a qual este estudo propõe, através dessas representações sociais baseadas no gênero, deve-se abordar como as identidades de gênero estão interligadas à relação de poder, e este à equidade ao acesso dos transgêneros a políticas públicas. Como enfatiza Bento (2006), o sistema, baseado na diferença sexual, procura impor a correlação de gênero, sexualidade e corpo ao que, principalmente, as genitálias informam. No caso dos transgêneros, é percebido um desacordo entre sexo biológico e o “sexo psicológico”

– que diz respeito à identidade sexual do indivíduo, sua própria percepção. Essa não conformidade entre a relação binária de sexo e gênero é percebida no debate sobre a patologização da transexualidade a partir de conceitos difundidos na psiquiatria e psicologia⁵ (ARAN; MURTA; LIONÇO, 2009, apud CARDOSO; FERRO, 2012).

1.2 Diferenciação entre gênero, sexo e sexualidade

Como visto na sessão anterior, a inclusão do termo identidade nos faz refletir em cima de termos que já eram usuais tornando necessário fazer-se uma análise e uma diferenciação para melhor compreensão dos termos: gênero, sexo e sexualidade. Visto que, “De um lado o ‘gênero’ foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado.” (NICHOLSON, 2000). Esta dificuldade em separar os termos é dada pelo fato de que o conhecimento por nós herdado ser munido de um discurso normativo determinado por uma sociedade dotada de ideias afirmadas “naturais” e carregadas de formulações divinas. Nas últimas décadas os movimentos identitários têm questionado as certezas impostas acerca de gênero e sexo, tanto no âmbito acadêmico, quanto no político. Há, portanto, necessidade de desconstruir as afirmações em relação aos termos sexo e gênero a partir de estudos Feministas de Gênero, sobre Masculinidade e de Estudos Gays e Lésbicos. Além disso, faz-se pertinente a exposição de que as reflexões sobre gênero não devam estar desconexas acerca dos estudos sobre identidade sexual, e vice-versa.

Concordando com a ideia de dispositivo de Foucault, anteriormente explicada, Britzman (1996) aponta a importância da não-linearidade entre os termos: sexo, gênero e sexualidade. Para a autora há uma grande confusão entre os conceitos que são definidos por relações sociais e moldados pelas redes de poder de uma sociedade. Uma evidência da confusão entre os termos é a condição de transgressor dada a alguém que promove a quebra da linearidade entre esses conceitos (BRITZMAN, 1996). Assim, também afirma Butler (2003) quando realiza as relações de poder presentes no discurso que produz a categoria de gênero afirmando que não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural do

⁵ A pesquisa, em estudo, não irá a fundo quando se chega a discussão de patologização da população. Esta é uma inferência necessária para que o leitor perceba o quão profundo é o tema, em sociedades patriarcais.

significado com sexo previamente dado, deve designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.

Resulta daí que gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é um meio discursivo/cultural pelo que a 'natureza sexuada' ou ainda um 'sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura [...] (BUTLER, 2003, p.25).

Nesta pesquisa a diferenciação terminológica entre gênero e sexo é realizada a partir de uma perspectiva feminista como uma referência à personalidade e ao comportamento construído socialmente. O que é notado, hodiernamente, é que o elemento gênero é cada vez mais usado como qualquer construção que faça referência a distinção entre o masculino/ feminino, determinado por uma construção social – incluindo as que separam corpos “femininos” e “masculinos”.

A construção das noções de masculinidade e o desenvolvimento de hierarquias delas em relação às feminilidades e entre as próprias masculinidades são processos fluidos e dinâmicos que variam espaço-temporalmente (JESUS, 2012, p.1).

Esta perpassa pela lógica falocêntrica que marginaliza o feminino e define o masculino se dá com uma concepção de categoria residual do feminino em oposição à qual o masculino se define e é ao pouco naturalizada e não problematizados. Em uma visão mais abrangente, essas oposições entre masculino e feminino constituem binarismos poderosos que, nesse processo, a masculinidade é restrita à vitória e à força, enquanto a feminilidade associada a passividade e a delicadeza (BOURDIEU, 2010).

Quando se pensa em sexo refere-se ao dado físico-biológico, marcado pela presença de aparelho genital e outras características fisiológicas que diferenciam os seres humanos como machos e fêmeas. Além dessas características físicas e palpáveis, também se acrescenta o código genético que precisa ser considerado na constituição do sexo, deixando mais complexo ainda mais as definições (JESUS, 2012).

Esses três termos (sexo, gênero e sexualidade), assim como todas as outras características que compõem as identidades dos seres humanos, tem significado direto em nossos corpos. É a partir desse encontro entre os diferentes elementos e as composições de identidades individuais, que determina como sendo

“corporeidade” em uma visão freudiana como descreve os Doutores Michelle Cardoso e Luís Ferro:

Freud demarca com mais nitidez a especificidade do corpo para a psicanálise: não se trata do organismo, do somático ou do anatômico, mas de um corpo produzido pelas tramas pulsionais. [...] A assunção do corpo pulsional circunscreve essa mesma problemática pelo viés da sexualidade, acrescentando novos ingredientes ao campo de investigação freudiano. Nesse momento, Freud aponta que a sexualidade não se restringe ao corpo somático. O campo da sexualidade impõe para o sujeito que a força sexual seja transposta para o registro da representação, onde as experiências de prazer e gozo se realizam, caracterizando o que há de especificamente humano na sexualidade (VIANA, 2004, p.45).

Por meio dessa concepção, deixa-se intrínseca a ideia de que o gênero é construído em um corpo com uma definição físico-biológica única, que por sua vez é vivenciado por meio de uma sexualidade específica para cada indivíduo. Conclui-se, no entanto, que sexo, gênero e sexualidade encontram-se interconectados de tal forma que surpreendem os acostumados com um padrão único de relação entre estes aspectos da vida humana e exigem novas formulações. Isto por existirem múltiplas possibilidades com a permutação destes três termos.

1.2.1 Teoria da performatividade, a construtora da “verdade”

Até o presente momento, é perceptível que não se tem atenuado ao “indivíduo” e ou na “experiência individual”. Sendo assim, tem-se versado a analisar o processo pelo qual o indivíduo vem a assumir a uma posição enquanto sujeito.

É preciso perceber também o assunto sob o ponto de vista da academia, visto que, até antes da década de 1980 as ciências sociais tinham a tendência em analisar e perceber a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. De tal modo que até mesmo os estudos referentes a grupos minoritários eram realizados com a preservação da norma heterossexual (JESUS, 2014, p.52). A Teoria Queer, como base de estudo desta pesquisa, percebe que a sexualidade é notada como um dispositivo de poder e que insere o sexo em sistemas de regulação social, como visto anteriormente (JESUS, 2014, p.52).

De certa forma, Foucault e Butler, concordam em suas ideias quando o primeiro afirma que antes de se limitar a sociedade em o que era heterossexualidade e homossexualidade, as pessoas podiam ter diversos desejos sexuais, sem ter uma “identidade sexual” fixa já que nem todos os membros não se

enquadravam em categorias como “lésbicas”, “gays” ou “bissexuais”. Este reconhecimento de que a sexualidade é uma construção social ajudou a formar o movimento que acabou incluindo os transgêneros, em geral (WILSON, 2011, apud JESUS, 2014). A segunda dialoga com Foucault, afirmando que os dias de hoje passam por uma ordem forçosa que exige a coerência entre sexo, um gênero e um desejo/prática e a partir disso opera com o conceito de “performatividade” (BUTLER, 2003).

Ao contrário do que os essencialistas fazem em supor que as identidades são auto evidentes e fixas, Butler em seu trabalho, procura a descrição dos processos pelos quais a identidade é construída no interior da linguagem e do discurso. Assim como Foucault, ela caracteriza esse modo de análise como “genealógico” a princípio com uma análise histórica que não possui como foco “a verdade” ou o conhecimento.

A genealogia não é a história dos eventos, mas a investigação das condições de emergência daquilo que é considerado como história: um momento de emergência não passa, em última análise, de uma fabricação (BUTLER, 1999, p.15).

Se partirmos de uma investigação genealógica da essência do sujeito perceberá que sexo e gênero são efeitos – e não causas – de instituições, discursos e práticas, ou seja, nós não criamos ou causamos esses três elementos e sim eles que determinam nosso sexo, sexualidade e o nosso gênero. É através dessa crítica genealógica de Butler relativamente à categorização do sujeito ajustado à noção de que as identidades “generificadas” e sexuadas são performativas. Beauvoir (1980, p.9) já tinha essa concepção quando se recapitula o discurso de que “ninguém nasce mulher: torna-se uma mulher”, para assim talvez sugerir que mulher é algo que “fazemo-nos mais do que “somos”.

Sendo assim, é de extrema importância frisar que Butler não sugere que a identidade de gênero é uma performance, pois pressuporia que existiria um ator ou um sujeito que estaria realizando tal performance. Portanto, deve-se distinguir performatividade de performance, visto que o último termo se trata de algo suficientemente relacionado a representação teatral propriamente dita.

O gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva (BUTLER, 2002, p.64).

Essa teoria desenvolvida por Judith Butler tenta entender como a repetição das normas, muitas vezes feita de forma ritualizada, cria sujeitos que são o resultado destas repetições. Assim, o sujeito que tenta se comportar fora dessas normas que, quase sempre, encarnam determinadas ideais de masculinidade e feminilidade ligados com uma união heterossexual, acaba sofrendo sérias consequências. Portanto, o discurso possui o papel de perceber o corpo sexual, que compreende uma realidade focado na matéria (BUTLER, 2003).

O gênero, como algo performativo e com o intuito de produzir significados, não carece somente como uma inscrição cultural anteriormente dado por um sexo, mas precisa também designar um apresto de produção contra o qual o próprio sexo foi fundado (BUTLER, 2003). Outrossim, ele ocasionaria um juízo de valor de algo estável, em que a base heterossexual estaria certa por sexos fixos e coerentes estando seguras pela repetição de gestos, signos que reproduziriam reforçando a construção dos corpos masculinos e femininos (BUTLER, 2003). Transexuais e travestis seriam, portanto, a quebra de paradigmas da ordem estabelecida. Não exclui a marginalização e o simultâneo sofrimento que tal população perpassa com relação a “incoerência” que se é passada.

1.2.2 Orientação Sexual versus Identidade de Gênero

Este segmento da pesquisa propõe-se conceituar orientação e identidade de gênero desta forma incluir na discussão a sua complexidade, a fim de que o interlocutor compreenda com mais clareza as associações que as seções posteriores se projetam a fazer, visto a dificuldade que se tem em se separar as questões referentes a orientação sexual de identidade de gênero. Mais à frente perceberá que esta confusão gera problemas quando se faz necessário pensar nos grupos específicos devido a crescente exclusão social. Isocronicamente, atingirá um aprofundamento de questões referentes ao tema indo mais além do senso comum e desmistificando as primazias da sexualidade.

Em caráter etimológico, quando se estuda minorias sexuais, é de extrema importância se atentar à nomenclatura que se domina para designá-las, pois por tantas vezes as palavras estão carregadas de preconceitos e desinformações ofendendo o grupo de pessoas que supostamente está se tratando.

No documento *Avoiding Heterossexual bias in language* (1989), a Associação Americana de Psicologia afirma a possibilidade de existir a perduração de estereótipos negativos pelo mau uso de expressões referentes à homossexualidade, por conta de muitos dos termos utilizados terem sido criados quando ainda era tida como doença mental, o que não reflete os estudos que recentemente são tidos para o tema.

Desta forma, na presente pesquisa adotar-se-á o termo orientação sexual para designar a identidade atribuída a um sujeito em função do seu desejo e conduta sexual, seja ela para uma pessoa do mesmo gênero (homossexualidade), de gênero diferente (heterossexualidade) ou para pessoas de ambos os gêneros (bissexualidade) determinando desta forma LGB (RIOS, 2001, p.388). Desse modo, vale ressaltar que orientação sexual parte de um espectro de “homossexualidade exclusiva” até “heterossexualidade exclusiva”, sendo assim a diversidade que existe entre esses dois termos é um aglomerado de diversos graus de bissexualidade (COMAN, 2003). Desse modo tem-se que o comportamento sexual pode ou não se referir a orientação sexual, consoante ao intento do indivíduo a partir da sua vivência com o mundo, deixando de lado os debates que imperam a partir de estereótipos que determinam o que é um ser homossexual ou um ser heterossexual.

Dado o entendimento e a importância do conceito de orientação sexual explicitado anteriormente, vale recordar que aquele não abrange toda a elucidação sobre a sexualidade humana, como por exemplo, as pessoas transgêneros, apesar de elas possuírem uma orientação sexual, a sua transexualidade remete a uma identidade de gênero. Essa, por sua vez, difere da orientação sexual que coexistem, não se excluindo.

No relatório da Anistia Internacional, *Human Rights and Sexual Orientation and Gender Identity*, eles afirmam que toda pessoa tem uma orientação sexual e uma identidade de gênero sendo a última referente à como a pessoa vivencia em termos de expressão pessoal em relação ao que é determinado sociologicamente do que é ser masculino e feminino (2004, p.1). Isto leva-nos a pensar que um indivíduo é algo mais fluido e livre podendo ter uma identidade de gênero divergente de suas características fisiológicas (HEINZE, 1995, p. 48).

Com a evidência da teoria da performatividade de Butler e com as inferências realizadas, a partir da diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero cabe, na próxima sessão como será procedido à discussão das evidências de

discriminação a essas minorias sexuais tendo como principal evidência quando se diz respeito a identidade de gênero.

1.3 “O fora do padrão”

Nesta seção, irá se discutir alguns elementos sociais que motivam o preconceito contra minorias sexuais e como violam os Direitos Humanos. Além disso, será estudado, a partir de um estudo genealógico, de onde nasceu a intolerância aos homossexuais⁶. Portanto, a proposta dessa seção consiste em esclarecer duas questões: a existência ou não do preconceito contra os homossexuais e transgêneros, bem com o qual a sua relação com os Direitos Humanos. Lembrando que se busca encontrar, neste estudo, quais os principais problemas enfrentados pelos refugiados perseguidos por identidade de gênero.

Com este relato histórico e a compreensão dos conceitos que foram trazidos a esta pesquisa juntamente com a Pesquisa Nacional Violência, AIDS e Drogas na Escola, realizada pela UNESCO em 2001, em que afirma que a homofobia introjetada permanece em nossa sociedade e pode ser percebida desde a infância. Esta pesquisa foi constituída em questionários aos alunos do ensino fundamental e médio das principais capitais do Brasil, concluindo que 25% dos alunos afirmavam não gostar de ter um colega homossexual (ABROMOVAY; CASTRO; DA SILVA, 2004). Portanto, nota-se como um conceito criado a partir da tentativa de uniformização, no século XII, perpetua-se até os dias atuais em sociedades ditas desenvolvidas.

Abromovay et alii (2004), reafirma que outros preconceitos sexuais muitas vezes são legitimados por padrões que cultivam hierarquias e moralismos da masculinidade, sendo assim expressões de preconceitos e discriminações em torno de temas envolvidos ao sexual tendem a ser naturalizados e não serem entendidos como violência⁷. Algumas vezes chega-se a ser “patrocinado” pelo Estado.

Na modernidade identifica-se um processo que aos poucos decompõe o espaço público, de privatização e despolitização, segundo Arendt, Foucault, Sennett e Philippe (2012), citados por Ortega (2002). Essa decomposição está diretamente

⁶ Não se tem relatos, mas sabe-se que o surgimento do preconceito contra o “diferente”, neste caso, se confunde com o grupo de homossexuais – referente a orientação sexual.

⁷ Entende-se violência como toda espécie de agressão – física, verbal ou psicológica, segundo Jaques-Jeuss (2004).

ligada à substituição do mundo pela vida como bem maior. Arendt ainda faz um relato afirmativo da realidade na qual a religião submerge dentro do espaço privado sendo, portanto, a vida o principal ocupador do espaço deixado por essa decomposição do aspecto público. Essa transferência do público em direção ao privado o que é caracterizado por Arendt como um processo de despolitização e privatização enquanto desmundanização. Essa relação, quando se volta para a proposta da pesquisa, se dá ao depararmos a uma realidade de o Estado “lavar as mãos” e passar o “problema” para a instância privada. Portanto, o critério que é utilizado pelo Estado ao não incluir essas pessoas em suas constituições ou não as protegendo é afirmando que é algo designado a problemas individuais da instituição familiar.

Essa transferência de responsabilidade, segundo Sennett (2012), constitui uma grande série de mudanças que tiveram início com a queda do Antigo Regime, com a formação de uma sociedade calcada em uma nova cultura urbana capitalista. Essa sociedade é uma sociedade com preocupações voltadas a uma intimidade pela psicologização das relações e pela decomposição das formas de sociabilidade e convívio entre as pessoas dos séculos XVII e XVIII.

Norberto Elias, citado por Ortega (2002), afirma que nesse processo de privatização social que houve neste período da modernidade tem como elemento principal a família burguesa. Pois é nesta que se encontra a produção de abandono passional primário, assim como é uma fonte importante na regulação e modelação afetiva socialmente. Vale ressaltar, aqui, voltando para a influência da realidade da família dentro da temática referente a refúgio de pessoas perseguidas por identidade de gênero. A importância desta esfera social será novamente analisada no âmbito da realidade dessas pessoas quando se encontram em tal situação. Sennett, neste aspecto faz uma retratação de tal realidade, afirmando que a família – a partir da privatização dessa entidade – passa ser uma procura de um ‘refúgio’ dos males da sociedade; tornando, por sua vez, que a vida pública passaria ser o mundo compartilhado, mas que havia se tornando inferior diante a felicidade que o núcleo familiar traria. Arendt, concordando com essa realidade relata que quando há essa “transferência de responsabilidade” só existe acesso ao espaço público quando se distancia da existência privada e que, portanto, estaria diretamente ligado ao afastamento da família.

Apesar do grupo de transgêneros ter sido abraçado pela comunidade LGBTI, este possui reivindicações específicas (GARII, 2007; apud ÁVILA; PILLAR, 2010), como, por exemplo, políticas públicas que permitam acesso integral aos serviços de saúde sem serem discriminados pelos profissionais de saúde; ter direito de serem chamados pelo nome social e ter seus documentos reconhecidos pelo governo (ÁVILA; PILLAR, 2010).

Devido a esse histórico, é percebido que o direito a não-discriminação com frequência é negado aos LGBTI's através de omissões feitas em leis antidiscriminação. Este autor ainda afirma que, dentre os direitos negados a esta população e garantidos ao restante, figuram:

O direito à vida, em Estados onde há pena de morte de LGBTI's; o direito de ir e vir, negado a casais binacionais por não reconhecer sua relação; direito à privacidade, onde a prática sexual é proibida a população; d) direito de formar uma família, pelo direito muitas vezes negado aos LGBTI's de adoção de uma criança e de casamento (COMAN, 2003)

Devido a não adequação de gênero ao sexo biológico ou identidade sexual não heteronormativa, a população em estudo é vulnerável quanto ao atendimento de seus direitos humanos (CARDOSO; FERRO, 2012), incluindo o acesso à saúde pública. Devido à essa violação – reflexo de estigmas e processos discriminatórios – busca-se uma política de atenção a esse grupo para uma possível universalidade e equidade no acesso a dignidade. Sobretudo quando a diferença oprime, deve-se lutar pela igualdade, mas quando a igualdade descaracteriza, deve-se lutar pela diferença (TORRES, 2010 apud SANTOS, 2004).

É a partir dessa posição de vulnerabilidade que as pessoas, que se identificam com o gênero oposto ao sexo biológico, se encontram levando isto a serem perseguidos. Segundo Natália Kelle e Maria Thereza Ávila citando Minayo (1994), violência estrutural é a violência que estruturar institucionalizadas e organizadas que são geradas de forma naturalizada e oculta, dentro das estruturas sociais reforçando injustiças que conduzem a opressão dos indivíduos. Essa violência ocorre quando o indivíduo é furtado de vantagens que deveriam ser comuns a todos.

Cabe ressaltar, contudo, que o princípio de universalidade caracteriza os Direitos Humanos. Portanto, uma vez que os direitos LGBTI são Direitos Humanos, assim também universais os caracterizam (SANTOS, 2004). Tendo como referência

a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual fora assinada por todos os países vinculados a ONU comprometendo-se com a defesa destes direitos e que, portanto, deveriam ser defendidos. Por fim, vale ressaltar que a dificuldade em se separar orientação sexual de identidade de gênero não é restrita a um problema apenas dos Estados, mas também da Organização das Nações Unidas que não realiza um mapeamento adequado dessas populações marginalizadas e pode ser percebido quando se percebe que o único dado oficial com relação ao número de Transexuais e Travestis que são mortos (as) é de uma ONG chamada ILGA.

2 DA MIGRAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DE LGBTI's

Quando se expõe o problema da violência estrutural perpassada por pessoas incluídas em um grupo minoritário como o LGBTI se encontra, na literatura, termos como homofobia, transfobia e lesbofobia, dentre outras fobias que são desenvolvidas pelos grupos opressores. Essas acabam gerando diversos problemas sociais como o crescimento da evasão escolar por travestis e pessoas transgêneros, o aumento do número de morte dessa população, a falta de políticas públicas para tais, dentre outros.

Pessoas em tais condições, quando perseguidas, por serem incluídas dentro da categoria de Grupo Social, podem, em outro país, solicitar – caso não tenha apoio do Estado pertencente – refúgio. Portanto, será este o foco do segundo capítulo, mas que inicialmente tratará de migração e que mais à frente será realizado um recorte para a temática proposta.

2.1 Migração

Na contemporaneidade, as migrações, segundo Cavalcanti (2012, p.293) foram incorporadas como um processo intrínseco às mudanças econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, ideológicas e culturais. Durante as décadas de 1980 e 1990; o fluxo migratório intensificou-se influenciado pelo processo de globalização principalmente pela característica: compressão espaço-tempo (CAVALCANTI, 2012). Por tais aspectos tornaram-se cada vez mais complexas e diversificadas dado ao fato que muitos países são, ao mesmo tempo, receptores e emissores de migrantes (MARINUCCI, 2008).

A maneira de compreender e lidar com as migrações internacionais tem relação direta com o objetivo de defender e assegurar o protagonismo do país em fóruns regionais e multilaterais (REIS, 2011, p.49). Hodiernamente, as migrações internacionais constituem um reflexo de diferenças existentes das relações norte-sul, apontando as contradições entre as relações internacionais e a globalização neoliberal (SALES; HARAZIM; MEDEIROS, 2005, apud PATARRA, 2005)

A partir de uma perspectiva sociológica, as migrações estão relacionadas a um enfoque estruturalista, consequência da crise neoliberal contemporânea. A ação de migrar é um fenômeno dado pela natureza humana embora não seja estimulado, pode ser forçado, e o impacto da problemática econômica somado à circulação de

informação funciona como fatores favoráveis a decisão migratória (PATARRA, 2005). Isto é percebido quando no sistema econômico há uma disparidade entre o crescimento econômico e o número de ofertas de emprego.

Falar de migração exige uma ótica jurídica, pois há uma dificuldade de se enxergar o “outro” como detentor dos mesmos direitos de um nativo. Por este motivo, é preciso focar-se nesta problemática. Em meados do século XIX, grande parte dos países não possuía legislação específica para estrangeiros, portanto, equiparavam direitos. Sem embargo, nas décadas de 1920 e 1930 houve um retrocesso quando os mesmos adotaram restrições, devido ao período Entre Guerras (MARINUCCI, 2008). Em termos de normativas internacionais que chancelam orientações para como os agentes internacionais devem lidar com a questão migratória, não existe um ramo específico que pode ser considerado com o Direito Internacional de Migração, porém, é possível agrupar diferentes normativas que regem diferentes situações de migrações (CHOLEWINSKI; PERRUCHOU; MACDONALD, 2007 apud JUBILUT; MENICUCCI, 2010 p.276). Essas perpassam as três vertentes da Proteção Internacional dos Direitos Humanos, conforme coloca Cançado Trindade (1996): direitos humanos, direito internacional dos refugiados e direito humanitário; e também ramos como o direito internacional econômico e o direito internacional do trabalho (JUBILUT; MENICUCCI, 2010 p.276).

O tema das migrações e da proteção internacional dos migrantes e refugiados tem se tornado cada vez mais presente no campo da política internacional contemporânea. Visto que, cerca de 232 milhões de pessoas que se encontram na situação de migrante ao redor do mundo (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2015), estão cruzando fronteiras por diversos motivos.

Nesta área de estudos migratórios existe uma grande discussão entre os teóricos com relação aos fatores que impulsionam a migração, ou os condicionantes do ato de migrar. Um destes se dá dentro do embate entre a migração forçada, na qual há a necessidade de se migrar por uma questão de sobrevivência, e a voluntária, ligada a um critério de escolha em migrar.

Este debate mobiliza a área de estudos e as diferentes abordagens sobre o fenômeno. Da mesma forma, surgem críticas para até que ponto há uma escolha em se migrar, visto que muitas vezes pessoas encontram-se em situações na qual há uma realidade marcada pela vulnerabilidade e a marginalização social do país de

onde provém (falta de acesso a emprego e renda, falta de oportunidades sociais e de acesso a serviços de saúde).

2.1.1 Breve Histórico do reconhecimento e proteção das pessoas em situação de refúgio

Pessoas perseguidas e excluídas e que sofriam com tais, existem desde o início da civilização humana e por motivos diversos; sejam eles: religiosos, étnicos, opções, culturas, características. Desta forma, a Convenção de Genebra de 1933, foi um dos primeiros instrumentos jurídicos internacionais relativos a refugiados dando às pessoas sob sua competência uma condição similar à de estrangeiro privilegiado (SANTIAGO, 1993).

É criado o Comitê Intergovernamental para os Refugiados, em 1938, com o objetivo de efetuar reassentamentos. A partir de 1943 suas atividades foram compartilhadas com um organismo criado pelos aliados, a Administração das Nações Unidas de Socorro e Reconstrução, que buscava a repatriação das vítimas da guerra e dos territórios ocupados.

Houve a junção e, portanto, a substituição da Administração das Nações Unidas de Socorro e Reconstrução e do Comitê Intergovernamental, em 1947, pela Organização Internacional para os Refugiados (OIR), extinta em 1951.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é um importante marco histórico quando se trata do tema refúgio, visto que mais de 40 milhões de pessoas se deslocaram da Europa no período (HOBBSAWM, 1995). Sendo essas movimentações causadoras de preocupação na comunidade internacional, principalmente dos países aliados. Devido a isto a ONU, em 1951, decide criar um órgão subsidiário responsável pela proteção dos refugiados com o objetivo de encontrar soluções para eles: o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (UNHCR, 2014).

Assumirá a função de proporcionar proteção internacional aos refugiados que reúnam as condições previstas no presente Estatuto, e de buscar soluções permanentes para o problema dos refugiados, ajudando os governos e, dependendo da aprovação dos governos interessados, às organizações privadas a facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados, ou a sua absorção nas novas comunidades nacionais (ACNUR, art.1)

No mesmo ano é aprovada pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela

Assembleia Geral das Nações Unidas, a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.

A Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 é considerada a Carta Magna, pois estabelece, em caráter universal, o conceito de refugiado bem como seus direitos e deveres. Contudo, como explicitado por Jaime Ruiz de Santiago, há ainda uma limitação que mais afrente seria suprida:

Isso significa que os refugiados somente serão assim reconhecidos, se o forem em decorrência de episódios ocorridos antes dessa precisa data: 1º de janeiro de 1951. Desse modo, tal definição seria aplicada a muitos milhares de pessoas, mas, com o decorrer do tempo, a definição da Convenção se tornaria inoperante (JAIME RUIZ DE SANTIAGO, 1996, p. 267-268).

A Convenção se tornaria inoperante, como dito por Jaime Ruiz (1996), razão das limitações temporal e geográfica que o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados estabelece. Visto que essas limitações são supridas do artigo primeiro do mesmo instrumento dando liberdade a cada Estado-parte formular ou não suas reservas.

2.2 O refúgio

O grande fluxo migratório que tem se dado por conta da globalização, vem chamando atenção para os veículos midiáticos devido ao fato de indivíduos terem que deixar seus países de origem por diversos motivos e se dirigir para outros Estados.

Do grupo de pessoas que se deslocam, é de extrema importância realizar o recorte e destacar os refugiados, que são forçados a abandonar seus países, suas realidades, seus lares por conflitos, motivos religiosos, étnicos, políticos, econômicos, dentre outros. Os conflitos colocam em risco a vida, liberdade e a segurança da população, ou, ainda, pessoas ou grupos que possuem religiões, etnias minoritárias ou opiniões políticas divergentes da do governo estando, assim, sujeitos a sofrer ameaças ou perseguições efetivas. O cerceamento da liberdade, a violência que os conflitos desencadeiam geram violações aos direitos humanos e civis, passando a necessitar de ajuda humanitária da comunidade internacional. O reflexo do refúgio pode ser dado em números divulgados pelo ACNUR tendo 42.500 pessoas que se refugiam por dia (UNHCR, 2014).

O principal instrumento internacional que rege a questão do Refúgio é a Convenção de Genebra de 1951 – criada juntamente com o surgimento do ACNUR -, muito conhecida também como Estatuto do Refugiado. O primeiro artigo deste Estatuto define refugiado como sendo qualquer pessoa que devido a um receio e fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou por opinião política, se encontre fora do seu país e não possa ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país.

Por meio deste conceito, esta Convenção, estabelece cinco pilares norteadores para a concessão de refúgio: raça, religião, nacionalidade, grupo social e opinião política. Destes cinco, o “pertencimento a um grupo social”, de todos é, indubitavelmente, o mais subjetivo sendo neste onde se encontram as/os LGBTIS que se sustentam para a aquisição do status de refugiado.

Devida esta subjetividade o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) define grupo social como sendo, particularmente:

Um grupo de pessoas que partilham uma característica comum, além do risco de ser perseguido, ou que são considerados como um grupo pela sociedade. A característica, muitas vezes, é inata, imutável, ou que é de outra maneira fundamental para a identidade, consciência ou o exercício de seus direitos humanos. (UNHCR, 2008)

Esta definição do ACNUR se deu após aumento do número de países que instituíram leis que criminalizavam orientações sexuais, identidades de gênero e práticas ditas “fora do padrão”. Sendo assim, mostrou-se a necessidade de se incluir o grupo na categoria de grupo social – a partir da resolução 17/19 do *Human Rights Council* -, dentro dos cinco pilares para a concessão de refúgio.

2.2.1 O fundado temor de perseguição e minorias sexuais

A definição da figura do refugiado como sendo aquele que teme perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, está descrito na Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados, alterada pelo Protocolo de 1967. Isto independente da pessoa encontrar-se em seu país de origem ou residência habitual ou que, estando fora dele, não possa ou não queira a ele retornar, devido às razões acima citadas. Desta forma é o princípio de *non refoulement* (não devolução) o termo norteador da condição de refugiado por não

poder ser devolvido ao seu país de origem enquanto existir risco de ser preso, torturado ou morto.

Os principais elementos para se caracterizar a condição de refúgio são: fundado temor, a perseguição e a extraterritorialidade. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em seu Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar a Condição de Refugiado”, orienta a aferição de cada um desses elementos. O elemento “fundado temor de perseguição” apresenta um elemento subjetivo “temor de perseguição”, uma vez que é apresentado através de um estado de espírito da pessoa que solicita o reconhecimento da condição de refugiado sendo, portanto, a avaliação para tal determinação dependente das demais declarações do interessado do que de um julgamento da situação no seu país de origem. Por conta da dificuldade de se determinar e aferir o elemento subjetivo, que é variável de uma pessoa para a outra, passou-se a presumi-lo pela simples circunstância do indivíduo solicitar refúgio e assim maior relevância ao elemento subjetivo.

O elemento objetivo fundado será baseado em uma situação objetiva a qual o solicitante tenha relatado sem a emissão de julgamento das autoridades competentes, sobre as condições existentes no país de origem do requerente, mas deverão ter conhecimento das condições de tal país para que sejam apreciadas a credibilidade das declarações prestadas. O fundado temor de perseguição, pode ser, portanto, como um conjunto de graves violações de direitos humanos incluindo a ameaça a vida ou a liberdade, bem como outros danos graves avaliados à luz de opiniões, sentimentos psicológicos, entre outros.

Este fundado temor não foge das mãos do grupo pertencente ao recorte realizado para esta pesquisa, pois segundo relatório⁸ da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Transexuais e Intersexuais (ILGA), sobre Homofobia são mais de 70 países que criminalizam relações sexuais que não se adequem aos padrões de relações heteronormativa, binários e cisgêneros.

A perseguição, muitas vezes em extremos maiores, chega a ser institucionalizada e permitida pela própria legislação do país por meio de leis trans/lesbo/homofóbicas sob o regime do Direito Penal do país em questão, ou por

⁸ Este relatório foi ratificado por outro relatório produzido pela *United Nations for LGBT Equality*, no qual ainda afirma que as punições para as pessoas que não se adequam a este padrão, ou que sejam consideradas subversivas aos papéis socialmente construídos estão condenadas à prisão perpétua, ou, até mesmo, à pena de morte.

meio de livros religiosos, permitindo que a perseguição se torne corriqueira e sejam praticadas por diferentes segmentos da população. Uganda, Somália, Sudão e de países como o Irã onde a *Sharia* impera, ou até mesmo na Rússia onde se tem a Lei Anti-gay são exemplos que ilustram essa realidade a qual a Comunidade LGBTI sofre (LUCAS PAOLI ITABORAHY e JINGSHU ZHU, 2013). Somado a isto, há o descaso para com os direitos civis, econômicos e sociais (direito a saúde, à educação, liberdade de expressão, direito de ir e vir) que essas referidas minorias passam. Direitos esses consagrados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como o princípio da igualdade independente do sexo, e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Além de todo o exposto, há ainda a própria estigmatização social e a perseguição de agentes não-estatais como grupos presentes na sociedade civil, que quando negligenciada pelo Estado – por conta do descaso em atender as demandas das minorias sexuais com punição de crimes de ódio e trans/lesbo/homofobia, por exemplo – pode ser condicionante a migração forçada devido ao fundado temor de perseguição, como previsto no Artigo 1º da Convenção de 1951, ao “grupo social” (LUCAS PAOLI ITABORAHY e JINGSHU ZHU, 2013).

O grupo à qual se inclui as pessoas que possuem identidade de gênero diferentes ao que fora designado biologicamente é o de Grupo Social. No mesmo Manual do ACNUR encontra-se que o Grupo Social é determinado como sendo “as pessoas de origem, modo de vida e estatuto social similares”.⁹

Há, apesar de todo o referido, vontades esporádicas entre os Estados, no globo, em tentar adequar suas normas internas para adequar o ambiente para a recepção dessa população de perseguidos e/ou evitar que perseguições ocorram. Isso foi percebido no relatório produzido pela *Human Right Brief*, intitulado como *Migración Forzada y la persecución de los defensores LGBTI en América Central*, onde se concluiu pedindo com que os Estados reconheçam explicitamente os

⁹ Fazer parte de certo grupo social pode estar na origem da perseguição, por desconfiança da lealdade do grupo ao Governo ou devido às posições políticas, aos antecedentes ou à atividade econômica dos seus membros, ou quando a própria existência do grupo social é considerada um obstáculo à política do Governo. Normalmente, o simples fato de pertencer a um certo grupo social não é suficiente para substantiar o pedido da condição de refugiado. No entanto, podem existir circunstâncias especiais em que o simples fato de ser membro desse grupo é motivo suficiente para recluir a perseguição.

direitos das pessoas LGBTI's, com a implementação mudanças constitucionais e legislativos; codifiquem os delitos de ódio e discriminação contra a tal grupo, em seus códigos penais; detenham a perseguição estatal e a agressão contra as pessoas LGBTI's e seus defensores que enfrentam com a imigração forçada e a negligência dos países Centro-americanos; detenham a impunidade que existe quando os Estados não investigam ou fazem justiça aos crimes de ódio e assassinatos contra pessoas LGBTI's; tomem medidas para acabar com a discriminação no trabalho e entre os funcionários de imigração e as forças policiais (GONZÁLEZ, 2015).

Apesar da realidade exposta tem-se aumentado o número de refugiados LGBTI's, ao redor do mundo, principalmente em países democráticos. Contudo, há muitos desafios e problemas envolvendo esses imigrantes, sobretudo, quando se refere ao processo de solicitação e avaliação da concessão de status de refúgio e à adaptação desses refugiados à nova realidade. Sentem-se com medo ou vergonha de realizar relatos sobre suas vivências e acuados, mais ainda, diante de perguntas invasivas e procedimentos interrogativos que tentam descobrir que a pessoa é gay, lésbica, trans, etc (LUCAS PAOLI ITABORAHY; JINGSHU ZHU, 2013).

2.3 Seleção dos países para análise

No primeiro capítulo fora explanado como é feita a construção social em cima das pessoas que não estão encaixadas nos padrões de gênero e sexualidade determinados, além disso, foi definido o porquê de se incluir dentro “de caixinhas” o que deveria estar fora. Isto desencadeou o tema da homofobia e transfobia, o que foi partido para o âmbito internacional o qual se encontra no segundo capítulo os conceitos de refúgio e perseguição por identidade de gênero. Chega-se, assim, portanto, a uma maior delimitação deste tema: a definição dos países que se encontrarão no estudo comparativo.

Uma observação é necessária ser feita com relação a determinação da escolha do desenho de pesquisa. Acredita-se, segundo Yin (2003), que um estudo de caso se baseia em generalizações analíticas por meio do estudo de casos concretos. Ademais, a análise de casos é apropriada em pesquisas nas quais o investigador não possui controle sobre os eventos estudados, o que se adequa ao caso da presente pesquisa. Desta forma, é de extrema importância a utilização

dessa metodologia quando diz respeito a percepção histórica do fenômeno proposto a ser pesquisado (YIN, 2003).

A escolha do estudo comparado foi feita entre dois países que tivessem comportamentos contrários com relação à receptividade de refugiados por questões vinculadas à identidade de gênero e orientação sexual de modo que refletissem as características necessárias que tal população possui necessidade.

Esta pesquisa será produzida, ademais, a partir da comparação de dois países, pertencentes da mesma região geográfica, sendo um pertencente ao grupo de países que possuem boa receptividade (A) e outro ao conjunto de países que não possui boa receptividade (B) ao grupo de refugiados em estudo. Compreender-se-á, assim, uma pesquisa utilizada do método de diferenças (MILL, 1984; apud. GONZALES, 2008). Cada país será submetido quatro indicadores - sugeridos por Natália e Minayo anteriormente - (legal, econômico e cultural/social) estes serão os pontos a serem estudados para perceber o que torna um país bom ou ruim no recebimento de refugiados LGBTI's.

Por fim, os países selecionados foram os do continente africano, pois é lá onde se encontram o maior número de Estados que criminalizam a homossexualidade e assim seus vizinhos seriam possíveis grandes receptores de refugiados LGBTI. África do Sul e a Ilha de Madagascar foram selecionados por estarem próximos não só de Estados que criminalizam como também condenam a pena de morte pessoas LGBTI.

Desta forma, finalmente, este método tem como objetivo simultâneo isolar casos representativos de uma diversidade de situações e trabalhar com casos que apresentem configurações claras. Estas situações serão desenvolvidas a partir de subdivisões específicas que destrinche o máximo existente de cada país em estudo.

- No indicador econômico será encontrado uma base de dados simplista que demonstre uma paridade de problemas socioeconômicos existente nos dois países, com a intenção de emparelhar suas realidades, apesar das diferenças.
- No indicador legal haverá subdivisões que demonstrem a participação e interesse do país em participar de discussões que envolvem a temática LGBTI em assuntos de âmbitos internacionais, regionais (africanos) e nacionais. Contudo, neste aspecto há uma disparidade entre informações disponíveis de cada país.

- No indicador cultural/social será discorrido sobre as realidades sociais e como a população lida com as questões LGBTI's. Desta forma, acredita-se que devido a diferente abertura, referente a pauta LGBTI, existe uma disparidade entre a quantidade de informações disponíveis pelos Estados. Contudo, foca-se em apresentar informações acerca de diferentes tipos de violências sofrida pelo grupo LGBTI, de cada país; como é tida essa intersectorialidade entre gênero e raça; e como é visto o tratamento do Estado com relação a população LGBTI.

Afinal, para definir as melhores características que um país deveria ter para ser considerado um modelo na recepção e acolhimento dessa população, é preciso que sejam analisados estes dois conjuntos. Com isso, espera-se chegar ao objetivo proposto por este projeto

2.3.1 África do Sul

Cercada por países como Nigéria e Uganda, países que criminalizam e possuem penas fortes contra as pessoas com identidade de gênero e orientação sexual que diferem com os padrões construídos socialmente. O país sul-africano é considerado pelo ACNUR como sendo o principal destino de pessoas que buscam refúgio por conta de sua identidade de gênero e orientação sexual, pois os dados revelam que cerca de 31% das pessoas que recorrem a proteção sul-africana são LGBTI's (GALVÃO, 2014). Este dado alerta que há um grande número de pessoas que procuram proteção, no país em estudo.

2.3.1.1 Indicador Econômico

A África do Sul, hoje, é um mercado emergente com recursos naturais em abundância (produtor de diamante, carvão, níquel, urânio), por vez é considerada hoje a 18ª maior bolsa de valores do mundo (BBC, 2016), com uma moderna infraestrutura logística com uma distribuição relativamente eficiente de bens de consumo.

O crescimento do país, iniciado em 2004, se deu a partir do aumento da demanda por commodities no mundo. Contudo, teve uma leve diminuição dos negócios, visto que o país passa por problemas estruturais principalmente no setor elétrico. Em 2009, o país sul-africano viu o PIB ter um decréscimo de 2% que foi

recuperado no ano seguinte. Permanece, ainda hoje com uma das maiores taxas de desemprego do mundo, de 21,7% e até o ano 2000 metade da população vivia abaixo da linha da pobreza (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2015).

2.3.1.2 Indicador Legal

2.3.1.2.1 Âmbito internacional

A África do Sul ratificou inúmeros tratados internacionais que estipulam a não discriminação de pessoas LGBTI. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) obriga a África do Sul em “garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer tipo de discriminação”, incluindo sexo e orientação sexual, tal como clarificado pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU. O Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) proíbe igualmente a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero.

Além disso, o país está tomando um papel de liderança na defesa de uma agenda inclusiva de direitos humanos, nas Nações Unidas, e, consequentemente, patrocinou a primeira resolução da ONU sobre orientação sexual e identidade de gênero: passou em junho de 2011, HRC resolução 17/19 sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero ‘expressa’ profunda preocupação com atos de violência e discriminação, em todas as regiões do mundo, cometidos contra indivíduos devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero (TOONEN, 1992).

A África do Sul também é signatária, anteriormente, da Declaração Conjunta sobre os Direitos das Pessoas LGBT aprovado por 85 países na CDH, em março de 2011. No entanto, a *Human Rights Watch World Report 2014* observa um forte declínio no papel de liderança da África do Sul, apesar de o último relatório (2016) da *Human Rights Watch* permanecer com a mesma afirmação de liderança deste Estado.

2.3.1.2.2 Âmbito regional

É um país signatário da Carta Africana dos Direitos Humanos e Direitos dos Povos, que estipula os direitos a não discriminação, igualdade perante a lei, a vida e a integridade da pessoa, o não uso de tortura e/ou outros tratamentos cruéis,

desumanos ou degradantes. “Orientação sexual” e “Identidade de Gênero” não são explicitamente rejeitadas como critérios de distinção, mas os direitos estipulados são especificados como pertencentes a “cada indivíduo”.

Art. 2: Toda a pessoa tem direito ao gozo dos direitos e liberdades reconhecidos e garantidos na presente Carta sem distinção de qualquer espécie, como raça, etnia, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, nacional e origem social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação

‘Outro status’ regional, permite a inclusão de orientação sexual e identidade de gênero como razões proibidas. Assim, como sugestão feita por organizações fiscalizadoras dos tratados; a proteção estabelecida na Carta Africana deve ser interpretada com o englobamento de indivíduos LGBT. No entanto, como destacado pela Anistia Internacional (2013), os esforços da sociedade civil, pedindo que a Comissão Africana adote resoluções específicas que condenem a violência contra as pessoas LGBT e pressionando os Estados africanos a honrar os seus compromissos de direito internacional, mesmo não tendo sido aprovados pela Comissão.

2.3.1.2.3 Âmbito nacional

Sob o domínio colonial no século XVII, os Países Baixos impuseram a lei romana-holandesa a qual criminalizava a conduta sexual do mesmo sexo, que foi mantida posteriormente pelos governantes coloniais britânicos. Depois do apartheid, a África do Sul tornou-se o primeiro país a proibir constitucionalmente a discriminação com base na orientação sexual, em 1996, conforme estipulado no segundo capítulo da Constituição da República da África do Sul:

Clausulas da Declaração de Direitos e Igualdade:

§9(3): O Estado não pode discriminar, injustamente, direta ou indiretamente contra qualquer pessoa em um ou mais motivos, incluindo [...] gênero, sexo, orientação sexual.

§9(4): Nenhuma pessoa pode ser discriminada, injustamente, direta ou indiretamente contra qualquer pessoa um ou mais motivos disposto no parágrafo (3). A legislação nacional deve ser promulgada para impedir ou proibir a discriminação injusta.

Além disso, §12 garante a segurança da pessoa humana; §16 proíbe o discurso de ódio; §17 promete a liberdade de reunião e o direito de protestar; §18 defende a liberdade de associação; e §35 o direito a um julgamento justo.

Devido a constituição leis foram construídas em subordinação ao direito sul africano, como:

- 1998: Revogação da legislação anti-sodomia;
- 1998: Lei de Emprego Equitário, reconhece a orientação sexual como uma categoria em que deve explicitar proteção contra qualquer ato de discriminação;
- 2000: Lei de Promoção da Igualdade e Prevenção Contra a Discriminação Injusta;
- 2000: Proibição do incitamento ao ódio com base na orientação sexual;
- 2002: Caso do DuToit V ministro da Assistência e Desenvolvimento da População, quando o Tribunal Constitucional Sul Africano legaliza a adoção por casais do mesmo sexo – uma decisão cimentada na Lei da Criança, em 2005;
- 2003: o Parlamento aprovou a Alteração do Sexo e a Lei do Status do Sexo, que permite a uma pessoa transgêneros, que tenha sofrido mudança cirúrgica, que o Departamento de Assuntos Internos realize a descrição de alteração sexual no registro de nascimento. Pois, uma vez o registro de nascimento alterado pode ser emitido novos documentos de identificação;
- 2004: Lei *Legal gender recognition passed*;
- 2006: Legalização da União Civil (casamento) entre pessoas do mesmo sexo;
- 2007: *Equal age of consent for homosexual and heterosexual acts*.

Apesar de possuir uma legislação e uma constituição progressista, a África do Sul não possui nada específico contra crimes de ódio. Na realidade existe um Grupo de Estudos chamado *Hate Crimes Working Group* que emitiu um estudo especificando o que é crime de ódio, qual é a realidade do país com relação a estes acontecimentos e porque se deve monitorar e criar uma legislação específica para isto.

Este grupo define crime de ódio como sendo um “elemento de um viés ou preconceito em relação à vítima por causa do grupo que o autor vê a vítima como pertencente a”, como a orientação sexual e identidade de gênero é percebida. A Lei de Crime de Ódio proposta pelo Grupo de Trabalho, em 2010, não foi implementada como foi observado pela Comissão de Direitos Humanos Sul Africana no relatório sobre igualdade de 2012. O *Human Sciences Research Council Policy Brief* realçou, em 2012, que a consequente falta de estatísticas oficiais de crimes de ódio complica

uma avaliação da relação entre homo/lesbo/transfobia e atos violentos de agressão. Vale aqui ressaltar, também, a emergente necessidade de separar os dados referentes a orientação sexual de identidade de gênero para se obter dados concretos de grupos específicos.

2.3.1.3 Indicador Cultural/Social

A África do Sul tem uma das constituições mais progressistas do mundo em matéria de direitos LGBTI, mas a realidade vivida de pessoas LGBTI põe o país em evidencia devido a uma lacuna gritante entre a lei e sua aplicação. Dado o quadro jurídico progressista da África do Sul, ressalta-se que *“legally speaking, lesbians, gay men, bisexuals, and, to more limited extend, transgender people have achieved equality”* (HUMAN RIGHTS WATCH, 2011). No entanto, em termos práticos, as pessoas LGBTIs na África do Sul são impossibilitadas de reivindicar esses direitos e estão sujeitos a inúmeras violações de direitos humanos. “As vitórias legais têm feito pouco para resolver as causas subjacentes de discriminação e subordinação na África do Sul”, como enfatizou Holland-Muter (2012, p. 2).

2.3.1.3.1 Abuso físico, verbal e sexual

A África do Sul evidencia elevados níveis persistentes de diversas formas de discriminação, variando entre: desvantagens estruturais, ameaças e insultos, bem como a violência física e assassinatos.

Em 2008, a jogadora de futebol assumidamente lésbica Eudy Simelane foi espancada, estuprada e esfaqueada até a morte no município de Kwa-Thema. Em 2009 dois autores receberam penas de prisão (mas o aspecto de orientação sexual foi rejeitado pelo tribunal), marcando a primeira condenação contra pessoas LGBTI. O caso do assassinato da ativista lésbica Noxolo Nogwaza, que foi estuprada e esfaqueada em Tsakane, em 2011, com testemunhas oculares e não houve prisões. A anistia Internacional afirma ser crescente o número de assassinatos a pessoas LGBTI.

O *Joint Working Group*, uma rede nacional de organizações LGBTI, encomendou diversos estudos sobre empoderamento, realizados com organizações locais em Gauteng, KwaZulu-Natal e no Cabo Ocidental entre 2002 e 2006. Este grupo, afirmou em cima da revisão dos inquéritos realizados no Relatório sobre

Igualdade de 2012 em que a Comissão Sul Africana de Direitos Humanos diagnosticou “uma imagem deprimente”, uma vez que os três estudos revelaram formas verbais, físicos, sexuais e outras formas de abuso. Estes três estudos não incluem pessoas transexuais ou intersexuais.

Outras formas de discriminação incluem violência estrutural e psicológica em vários contextos. Em relação à saúde, orientação sexual e identidade de gênero pode ressaltar a falta de acesso a tratamento médico. Por exemplo, 7,6% dos homens homossexuais negros e 8,4% das mulheres lésbicas negras experimentaram recusas de tratamento médico na província de Gauteng (RISPEL; METCALF, 2009)¹⁰.

Susan Holland-Muter enfatiza a natureza persistente de violência anti-LGBTI, explicando que:

[...]a violência contra as comunidades LGBT tem tido a vida marcada antes, durante e após a transição para a democracia. Esta violência está enraizada na natureza patriarcal da sociedade sul-Africana, as desigualdades econômicas e discriminação institucionalizadas experimentadas sob o período do Apartheid e colonialismo (HOLLAND-MUTTER, 2012, p. 2).

Não existem dados empíricos sobre a violência contra as pessoas intersexuais, como observa Holland-Muter (2012). As informações sobre as experiências de pessoas trans são limitadas a evidência anedótica, como as relatadas para a DynamiX Gender (ONG centrada nos direitos das pessoas transexuais).

2.3.1.3.2 Intersetorialidade: gênero, raça e classe

O risco e a intensidade de discriminação sofrida devido à orientação sexual variam de acordo com gênero, raça e origem de classe. “A violência não é experimentada igualmente entre classe, raça e linhas de gênero” como Susan Holland-Muter (2012, p. 15).

O número de ataques contra LGBs e TI's é particularmente elevado como salientado pelo Relatório de Violência da *Human Rights Watch* e à *Discrimination against Black Lesbians and Transgender Men in South Africa* (2016), e *Amnesty International's report Making Love and Crime* (2013). Agressão sexual, nestes casos,

¹⁰ Vale ressaltar que nesta pesquisa não há relato e nem menção a transexuais e muito menos a intersexuais.

muitas vezes toma a forma de chamadas “estupro corretivos”, perpetrado com o objetivo alegado de “cura”. Estima-se a existência de cerca de 10 estupros corretivos na Cidade do Cabo, por semana. O termo “violação corretiva” é altamente problemático: ele retrata a orientação sexual e a identidade de gênero como algo a ser ajustado e separa estas violações do contexto da violência contra as mulheres em geral (IRIN, 2011).

A discriminação baseada na sexualidade e na identidade de gênero cruza com raça e classe: lésbicas negras e homens transexuais nos municípios e áreas rurais são relativamente mais vulneráveis a ataques do que LGBTI's da classe média branca. Isto é enfatizado por todos os relatórios¹¹ que foram analisados para esta pesquisa.

2.3.1.3.3 Abusos cometidos por autoridades do Estado

Incapacidade da polícia de proteger os direitos das pessoas LGBTI assumem diversas formas: perpetração primária de violações dos direitos humanos, a vitimização secundária (vítima-acusação causando trauma adicional), e inação em casos de abuso por parte de outros atores.

Esta informação é corroborada e complementada por Susan Holland-Muter (2012) afirmando que os obstáculos a denúncias de violência contra a comunidade LGBTI, a seção enumera ignorância dos funcionários judiciais, a recusa da polícia para assumir os casos, o medo da vitimização secundária, falta de fé em o sistema de justiça penal, o medo da publicidade, a normalização da violência e da falta de conhecimento sobre os direitos. A segunda seção sobre Desafios para a prestação de serviços do Estado em resposta à violência contra as comunidades LGBTI denúncias avaria geral e falta de prestação de serviços, bem como os obstáculos mais específicos vividos pelas comunidades LGBTI que variam de atitudes discriminatórias à falta de vontade política expressa na vítima culpando, vitimização

¹¹ *OUT LGBT* Bem-estar em um relatório sobre vitimização homofóbica em Gauteng; Entrevista com a Anistia Internacional; um relatório da *Human Rights Watch* sobre a homofobia patrocinada pelo Estado na África Austral; na Igualdade *Relatório da Comissão de Direitos Humanos Sul-Africano de 2012*, o diagnóstico de que os ataques violentos e estupro "corretivo" são "mais alta nas comunidades mais pobres"; o livro *Fora da Zona de Segurança*; e um Conselho de Pesquisa em *Ciências Humanas Policy Brief* sobre crimes de ódio e homofobia, destacando que "lésbicas negras que vivem em bairros pobres são os mais vulneráveis a diferentes formas de ataque sexual e são os mais susceptíveis de serem expostos à rejeição da comunidade e policiamento, e ataques homofóbicos, incluindo assalto, estupro e assassinato" - neste artigo, ativista LGBTTI Sul Africano Bontle Khalo discute discriminação LGBTTI em Kwa-Thema município.

secundária e baixos índices de condenação. A falta de serviços para as comunidades LGBTI nas zonas rurais e contextos com dominando pontos de vista conservadores está documentada como particularmente elevado.

A Equipe de Trabalho Nacional, criado para abordar gênero e violência baseada na orientação sexual contra as pessoas LGBTI em geral e dinâmicas discriminatórias que operam no sector da justiça penal em particular, é “dormente e ineficiente”, como observou a *Human Rights Watch* no seu relatório de 2014.

2.3.1.3.4 Atitudes públicas

O Conselho de Ciências Humanas fez uma pesquisa intitulada *Review and Prejudice* afirmando que as atitudes públicas em relação à homossexualidade, na qual analisa dados derivada do Inquérito Atitudes Sociais Sul-Africano (Sasas), considerando que mais de 80% da população consideram as pessoas gays e lésbicas como "não africanos" e consideram que 'sexo entre dois homens ou duas mulheres sempre são errados' (ROBERTS; REDDY, 2008).

O discurso e o comportamento Anti-LGBTI também emana de altos funcionários do Estado. Em 2008, o jornalista Sul-Africano e político Jon Qwelane publicou um artigo intitulado *Call me names, gay is not okay* no *Sunday Sun*, no qual ele compara casamento gay à bestialidade. Como Melanie Judge enfatiza num artigo Mail & Guardian (2013), Qwelane respondeu a acusações de incitação ao ódio com um desafio constitucional à Lei da Igualdade.

Além disso, as comunidades LGBTI's lutam com oposição religiosa aos seus direitos. Como observa a *Human Rights Watch* em um relatório de 2011, igrejas conservadoras tendem a difundir uma visão de LGBTI como “não cristã”. Somado a isto, há a descrição de que a homofobia que emana de igrejas através de representações da homossexualidade como "decadente, anormal e patológica”.

2.3.2 Madagascar

A Ilha de Madagascar é um país que se situa fora da região continental, contudo em uma região próxima de países que tem uma alta incisão e intolerância com a população LGBTI. Possui, de certa forma uma legislação que abrange a diversidade populacional, contudo não muito progressista.

Por ser um Estado situado em região oceânica não possui muita procura de pessoas que necessitam de proteção a pensar de existir, ainda sim uma grande procura. No ano de 2014, cerca de 73 mil pessoas procuraram o Estado de Madagascar em busca de proteção, por diversos motivos que não foram informados pelo ACNUR (UNHCR, 2015).

2.3.2.1 Indicador Econômico

A atualização mais recente econômica do Banco Mundial (2016) revela uma lenta recuperação econômica em 2015, devido ao fraco crescimento nos setores de turismo e mineração. Condições meteorológicas catastróficas durante o primeiro semestre de 2015 também impactaram a economia, resultando em uma inflação mais elevada e uma redução do poder de compra das famílias. O crescimento interno bruto é tido a partir do produto interno (PIB) que é estimado em 3,0% em 2015 e inflação anual subiu para 7,6%. A receita fiscal foi de 10% do PIB em 2015, mantendo o desempenho do país para níveis inferiores aos de países comparáveis.

O país continua a classificar negativamente sobre a facilidade de fazer negócios índice: 164 de 189 países no relatório Doing Business (2014). O governo estabeleceu uma meta para melhorar o seu desempenho e identificou uma série de melhorias a serem adotadas ao longo dos próximos 18 meses.

2.3.2.2 Indicador Legal

A atividade homossexual é legal em Madagascar. Não obstante o artigo 331 do Código Penal estipula que não existe uma idade diferente do consentimento entre casais homossexuais em comparação ao que é para os casais heterossexuais:

- Atentado ao pudor cometido ou tentado em uma criança de ambos os sexos com idade inferior a catorze anos será condenado entre cinco a dez anos de prisão e uma multa de entre dez e cinquenta milhões de francos.
- Atentado ao pudor cometido por qualquer dos ascendentes menores de vinte e um anos de idade, ainda mais antiga do que quatorze anos de idade, mas não emancipado pelo casamento, será punido com o castigo proposto no primeiro parágrafo.

Sem prejuízo das punições mais graves descritos nos parágrafos anteriores ou nos artigos 332 e 333 do mesmo Código, qualquer pessoa que tenha cometido um

ato obsceno ou um ato contra a natureza a uma pessoa do mesmo sexo que está sob a idade de vinte e um anos de idade será condenado entre dois e cinco anos de prisão e uma multa entre dez e cem milhões de francos.

Não há leis antidiscriminação na Constituição de Madagascar que protejam explicitamente a comunidade LGBTI de assédio e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero. Artigo 8, que inclui disposições de não-discriminação, não contém a sexualidade ou identidade de gênero.

2.3.2.3 Indicador Cultural/Social

A comunidade LGBTI em Madagascar enfrenta discriminação da sociedade em geral. "As atitudes públicas [sobre a homossexualidade] tocou [e] de aceitação tácita à violência física pura e simples, particularmente contra os trabalhadores do sexo travestis (2010 relatório de direitos humanos)." Pelo menos uma fonte de mídia indica que os moradores acreditam que a homossexualidade não existe por nunca ter tido contato físico com a homossexualidade. Tal negação significa que não existe nenhuma cena gay em Madagascar e é provável que os homossexuais se sentem pressionados a reprimir a sua orientação sexual ou identidade de gênero para se misturar com a sociedade heteronormativa. Dito isto, foi relatado que nos últimos anos tem havido um aumento da consciência de "orgulho gay", devido à melhoria do acesso aos meios de comunicação e Internet, mas que a atitude geral de negação e desconfiança não evoluiu (2010 Relatório Direitos Humanos).

Um dos muitos problemas que assolam Madagascar no momento é o aumento do número de pessoas voltando ao trabalho sexual para se sustentar. Recentemente, como muitos como metade dos novos trabalhadores sexuais registrados estão sob a idade de dezoito anos, e ao mesmo tempo predominantemente do sexo feminino, há também os trabalhadores do sexo masculino que, inevitavelmente, participam de atividade homossexual (Globalgayz). Tal comportamento aumenta consideravelmente o risco de propagação de uma DST, como HIV / AIDS. Também foi relatado que os trabalhadores do sexo LGBTI muitas vezes são "alvos de agressão, incluindo abuso verbal, lançamento de pedras e assassinato (2010 Relatório Direitos Humanos). Insegura, a atividade sexual do mesmo sexo e a disseminação de DSTs foram relatados para ocorrer em prisões.

Não existem leis antidiscriminação para proteger membros da Comunidade LGBTI de marginalização e perseguição de cidadãos comuns, bem como prestadores de serviços na comunidade. Um exemplo disso é que os funcionários administrativos têm sido relatados para negar serviços de saúde para homens travestis ou funcionários de saúde quebrando acordos de confidencialidade (2010 relatório de direitos humanos). Essa falha em nome das autoridades de saúde para proporcionar igualdade de tratamento a todos os cidadãos resulta em membros da Comunidade LGBTI que não recebem tratamento adequado para doenças que afetam desproporcionalmente eles, tais como HIV / AIDS.

2.4 Tabela comparativa

Na sessão anterior foram expostas as realidades econômica, legais e sociais de dois Estados do mesmo continente, porém que tivessem receptividades diferentes com relação a população LGBTI refugiada devido a perseguição sofrida no país de origem. Desta forma, organizou-se o estudo, de forma resumida, para se ter um entendimento amplo e visível das diferentes realidades.

Tabela 1-Comparação da realidade LGBTI entre África do Sul e Madagascar (2016)

	África do Sul	Madagascar
Atos Homossexuais	Legal	Legal
Relacionamento homoafetivo	Legal	Proíbe
Casamento homoafetivo	Legal	Proíbe
Adoção por casais homoafetivos	Legal	Sem dados
Servir às forças armadas	Legal	Sem dados
Lei antidiscriminação	Proíbe todas as discriminações anti-LGBTI	Proíbe
Leis sobre Identidade de gênero/expressão	Sem dados	Sem dados

Fonte: Tabela desenvolvida pelo próprio autor

De um lado nota-se uma possível abertura e receptividade a tal grupo, enquanto do outro total tolhimento e impedimento de expressão. Apesar de esta visão ser estrutural, não é possível se inferir conclusões apenas por esta tabela (Figura 1), mas sim como uma visão geral de parte da realidade destes dois países. É preciso, portanto, tomar-se como nota a construção social que este país denotou e assim tirar conclusões mais adequadas ao desenho de pesquisa proposto.

Tendo em vista o conteúdo apresentado e o objetivo de expor a realidade do imigrante LGBTI, identificou-se o fluxo migratório como sendo uma troca entre entidades por diversas razões: social, cultural, econômica, étnica, refúgio, asilo, entre outros. A partir dessas informações é possível ter-se como nota final deste capítulo, para auxílio do próximo, são dados empíricos que demonstram quais são as principais dificuldades que um imigrante LGBTI passa por ser perseguido.

3 REFUGIADOS PERSEGUIDOS POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: ANÁLISE COMPARATIVA E RECOMENDAÇÕES

Os migrantes forçados e mais vulneráveis no mundo, hoje, são os que se encontram fora dos padrões heteronormativos de sexualidade e gênero. Perseguidos por suas famílias, comunidades e governos em dezenas de países em todo o mundo, eles escapam através de fronteiras internacionais, muitas vezes, para encontrar um novo ambiente em que sejam devidamente respeitadas. Contudo, o abuso e a perseguição são novamente vistos neste novo ambiente. Embora os dados completos ou precisos sobre o número e distribuição demográfica dos refugiados LGBTI ainda estão com difícil acesso, pode-se supor que a maioria procura ambientes em que permaneçam no anonimato e o isolamento, estado este que são encontrados em grandes centros urbanos.

É notório que a população LGBTI que procura proteção em outro país, que não o seu de origem seja duplamente marginalizada: em primeiro lugar, porque são refugiados, e novamente com base em sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Esta marginalização extrema torna esses refugiados particularmente vulneráveis a abusos por parte dos atores estatais e privados. Em todos os dois países examinados, os refugiados enfrentam discriminação e/ou violência por parte de autoridades estatais, embora com níveis diferentes de gravidade. Somando-se a isto, existem os abusos e discriminações que são realizados pela própria população, frente ao desconhecimento e desentendimento de tal grupo. O conjunto destes abusos chega a resultar em isolamento incapacitante, diretamente relacionado a barreiras ao acesso à saúde, emprego e outros serviços.

Durante o primeiro capítulo, o intuito principal foi traçar um caminho para a compreensão da população LGBTI, principalmente no que tange à população de pessoas transgêneras. Acrescido a isto, houve a preocupação de se explicar como é construída, historicamente, a noção de sexualidade e que por fim desenvolve e reforça o padrão heteronormativo que impõe uma realidade social que não condiz com a diversidade sexual existente.

Já no segundo capítulo, apresentou-se uma retrospectiva e um histórico relacionado à migração com foco principal na migração forçada que a população em estudo está associada. Logo em seguida, visto a dificuldade de se entender/separar o grupo que está relacionado a orientação sexual e os que estão atrelados à

identidade de gênero, fez-se necessário ampliar o grupo de estudo, passando não apenas aos que estão atrelados a identidade quanto a orientação sexual. Somado a isto, o segundo capítulo, encarregou-se de fazer um levantamento de dados econômicos, legais e culturais de dois países de mesmo continente, porém com práticas receptivas divergentes.

Nesta terceira parte do estudo, será realizada uma análise dos dados levantados nos dois Estados, tendo-se como base analítica conceitos trabalhados nos dois primeiros capítulos. Desta forma, o capítulo irá concluir com recomendações que se fazem necessárias para um recebimento digno aos refugiados LGBTI perseguidos.

Há uma necessidade premente para obter informações sobre as lacunas de proteção que enfrentam esses refugiados nos países de trânsito, bem como os mecanismos adequados para reduzir essas lacunas. Este estudo comparativo tenta fazer uma alerta as organizações, governos, financiadores e ONGs sobre os vácuos e assim reduzir o sofrimento que passam ao permanecerem como a “escória”.

3.1 A situação dos refugiados que não se adequam as normas de gênero e sexualidade

É desconhecido o número de pessoas LGBTI que procuram e que recebem proteção através do sistema internacional dos refugiados, já que os dados existentes são separados apenas na categoria dos cinco pilares do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, que não mantém estatísticas formais em relação a estas pessoas (HUMAN RIGHTS FIRST, 2010). Além disso, até onde se sabe, apenas Bélgica, Noruega e Reino Unido¹² deixam disponíveis estes dados (ACNUR, 2010). Embora o número de países que fornecem estes dados seja baixo, para uma análise precisa é de extremo interesse que existissem dados de outras regiões do globo. A pesar disso, as estatísticas que se tem indicam que quatro de seis por cento dos requerentes de asilo e refúgio pode ser devido a perseguição. Em seus países de origem, por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero (ORAM, 2012). Vale aqui também lembrar que é muito provável que grande maioria

¹² Estes países reconhecem direitos equitários e economias que permitem a sobrevivência da população LGBTTI, socialmente marginalizada.

dos refugiados LGBTI e requerentes de asilo possam esconder suas identidades e suas motivações reais para juízes e prestadores de serviços para tal finalidade.

Para a proteção internacional dos refugiados, devido ao grande crescimento incisivo e violento de perseguição a pessoas LGBTI no mundo, os órgãos de proteção desses refugiados têm sofrido muitas barreiras. Enquanto mais de 175¹³ milhões de pessoas vivem em condições de perigo ou de violência em todo o mundo, a *Organization for Refugees, Asylum & Migration* (2012) estima que menos de 2.500 pessoas alcançam proteção internacional, por ano, com base na sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Quando aquelas pessoas cuja orientação sexual e/ou a identidade de gênero são percebidas de forma negativa às normas culturais, muitas vezes acabam enfrentando agressões físicas, tortura, violência estrutural até a morte (ACNUR, 2011). Elas são submetidas à detenção arbitrária, negação de direitos de reunião, expressão e informação e a discriminação no emprego, saúde e educação (ACNUR, 2011), em muitos países. São rotineiramente negados o acesso a proteção policial e até mesmo sofrem violência nas mãos da aplicação da lei (ACNUR, 2011). Mais de setenta e seis países criminalizam a homossexualidade e relações do mesmo sexo para homens e mulheres e ambos (ITABORAHY; ZH, 2012). Sendo destes, sete países que prescrevem a pena de morte para relações homossexuais consensuais. Muitos outros apenas se aplicam às leis de moralidade ou legislação aparentemente neutra para restringir os direitos das pessoas LGBTI à liberdade de expressão, de reunião, privacidade e dignidade pessoa (HUMAN RIGHTS WATCH, 2010). Esses Estados constituem graves, e na maior parte das vezes insuperáveis, barreiras para refugiados que se identificam como minorias sexuais e de gênero e isto é verdadeiro em seus países de origem, bem como nos países onde se refugia.

3.1.2 A invisibilidade dos refugiados LGBTI

Por definição, os refugiados estão fora de seus países de origem. Como os recém-chegados em um lugar desconhecido, eles enfrentam inúmeros desafios. Os refugiados são confrontados com a gigantesca tarefa de obtenção de emprego e moradia, acesso a serviços vitais, e aquisição de necessidades básicas. Refugiados

¹³ Número referente a 2,5% da população mundial - *Organization for Refugees, Asylum & Migration* (ORAM) (2012).

LGBTI costumam enfrentar esses desafios em total isolamento de suas famílias. Devendo viver e simultaneamente aprender novos idiomas, culturas e ambientes sociais. Em muitos países, o racismo e a xenofobia constituem barreiras adicionais à integração bem-sucedida. Embora as comunidades de refugiados geralmente fornecem suporte necessário, os indivíduos LGBTI são mais excluídos dessas redes. Estas realidades são comuns a África do Sul e Madagascar.

Compreende-se que essas pessoas, qualquer que seja o motivo da migração, passam por um momento extremamente delicado em suas vidas, visto que deixam para trás uma identidade cultural, amigos, casa, uma realidade. Desse modo, quando chegam às fronteiras, podem se sujeitar a questões mais degradantes que anteriormente como violência, mais rejeição, exclusão.

Tendo-se como norte as pessoas refugiadas e afunilando mais o grupo temos os LGBTI's que além das inseguranças que uma pessoa nessa situação passa eles também têm medo de identificar sua orientação sexual e/ou identidade de gênero; medo de mais rejeição e mais sofrimento, por isso não entram nas estatísticas muitas vezes começando pelo próprio prestador de serviço que realiza a inserção da pessoa dentro do país. Assim, quanto mais um refugiado acredita que o serviço de recebimento de refugiados não tem conhecimento de pessoas LGBTI, menor a probabilidade de revelar a sua identidade.

Estes fatores geram um ciclo de inseguranças e incertezas mantendo de tal forma essas pessoas na informalidade e as deixando invisíveis para com o Estado e a população. Desta maneira, o ciclo se agrava, pois quando não se possui informações sobre “quem são essas pessoas, o que fazem, como vivem” torna-se um tabu, gerando insegurança do grupo opressor frente aos oprimidos, medo, incertezas e de certa forma reforçando conceitos pré-estabelecidos culturalmente.

3.1.2.1 Pontos em que os dois países Africanos se distanciam com relação a invisibilidade LGBTI

A África do Sul, como descrito no segundo capítulo, possui uma Constituição extremamente progressista frente aos direitos LGBTI's visto que reconhece o casamento, pune a discriminação em todas as suas formas, adoção homoafetiva, ao serviço nas forças armadas. A importância que o Estado Sul-africano deu em sua

constituição gera grandes possibilidades de vida digna, tanto para os que lá vivem, quanto para os que a este país recorrem¹⁴.

Isto ocorre devido ao cerco em que se situa a África do Sul entre países como Nigéria e Uganda que possuem legislações condenatórias a qualquer prática sexual entre pessoas do mesmo sexo¹⁵ e relacionamentos homoafetivos. Estes Estados, com práticas anti-humanitárias, chegam a certo ponto de condenar, a homossexualidade e a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo, com pena de morte. Desta forma, muitos que vivem em países em que há essa criminalização procuram na “legislação progressista” sul-africana, refúgio.

Ao contrário do que ocorre no país do falecido Nelson Mandela, Madagascar é um Estado com uma Constituição de baixa progressividade, no que diz respeito aos direitos concedidos as pessoas LGBTI's. Em termos legislativos a atividade homossexual é legalizada, no país, contudo quando se lê o artigo, em que possibilita a relação homoafetiva, traz-se à tona que qualquer relação homoafetiva, antes dos vinte e um anos, seja atentado ao pudor. Desta forma, como se levanta na Constituição, implica-se a uma tentativa de levantar mais um dispositivo que crie que a heterossexualidade seria a forma “normal” de se ser, deixando a crer que apenas a prática homossexual como ato de atentado ao pudor, podendo ser punido.

De toda a Legislação da Ilha de Madagascar, só existe uma menção as pessoas LGBTI's sendo esta negativa, ainda sim, por se fortificar a ideia de ser algo errôneo e não natural. Outro momento, em que poderia aparecer uma referência a discriminação e agressões contra as pessoas LGBTI's não há nenhuma citação.

3.1.2.2 Pontos em que os dois países Africanos se aproximam com relação a invisibilidade

Nesta sessão serão abordados pontos que explicitem as aproximações que foram encontradas com relação aos dois países que foram estudados. Estes pontos que serão abordados, aqui, serão subdivididos a partir da percepção de realidades que ocorrem em ambos e que, portanto, ocorrem com periodicidade, de acordo com o que estiveram nos principais relatórios, nos quais esta pesquisa foi baseada. As subdivisões desta sessão se dão a partir das seguintes sublocações: Abusos

¹⁴ De acordo com o ACNUR, a África do Sul recebeu, em 2013, cerca de 290 mil refugiados, sendo boa parte homossexuais.

¹⁵ Neste ponto não digo “prática homossexual”, visto que existem heterossexuais que possuem relações com pessoas do mesmo sexo.

cometidos por autoridades do Estado; Violência praticada pela população local; Isolamento que limita a possibilidade de sobrevivência dos refugiados. Por conseguinte, conseguirá se ter uma ampla visão de boas atitudes que venham sendo tomadas.

3.1.2.2.1 Abusos cometidos por autoridades do Estado

Neste trecho, vale ressaltar que apesar da legislação liberal para lésbicas, gays, transexuais, travestis e intersexuais ainda há homofobia e xenofobia (onde?). Sendo assim, a perseguição e as dificuldades que viveram não se encerram necessariamente quando adentram ao Estado sul-africano. Existe uma incongruência entre como o país se porta regionalmente, internacionalmente e o modo como os refugiados sexuais são tratados.

A violência é um fator alarmante, na região, e deixa as organizações internacionais atentas aos casos recentes. Acredita-se que a crescente de violência na região seja por influências fronteiriças e/ou religiosas, mas ainda não se sabe ao certo. É um fator tão gritante que os refugiados relatam violência física, assédio, extorsão e discriminação por parte das próprias autoridades policiais.

Estes perpassam por uma série de abusos praticados pelas autoridades que deveriam proporcionar proteção, desde violação primária dos direitos humanos da pessoa que procura a (o) oficial até a vitimização secundária causando traumas adicionais a pessoa que recorre da ajuda.

Com relação ao que se passa no Estado de Madagascar, não há relatos precisos, nos documentos, que comprovem os abusos perpetrados por agentes protetivos, em nome do país. Contudo, existem relatos que afirmam a não existência de homossexuais no país, provavelmente levando a população LGBTI a se reprimir. Esta informação abre questionamentos diversos com relação a coleta de dados do país; com a própria falta de treinamento dos agentes policiais, com relação ao tratamento que se é dado as pessoas que os procuram; e ao questionamento sobre a ignorância populacional a respeito da temática sexualidade.

Soma-se, ainda, a estes questionamentos o fato de o país proibir relacionamentos homoafetivos e de se abster em inserir termos que se refiram a não agressão ou discriminação da população LGBTI.

3.1.2.2.2 Violência praticada pela população local

Como visto no capítulo anterior, é relatado alguns fatos que refletem o comportamento da população sul-africana com as populações LGBTI's que crescem ao fator de invisibilidade de tais. Evidenciam-se altos índices de formas de discriminações que variam entre desvantagens estruturais, ameaças e insultos, assim como violência física e assassinatos. Além dos altos índices de violência que se tem a respeito da África do Sul, há um agravante que é a prática de “cura” perpetrado pelos “estupros corretivos”. Vale, também ressaltar que não existem dados que relatam a realidade que homens e mulheres Transexuais e Intersexuais passam no país sul-africano.

No que tange a realidade de Madagascar, os LGBTI's enfrentam discriminações da sociedade, normalmente, principalmente contra os (as) trabalhadores (as) do sexo. Julga-se que isto se dá pelo aumento do número de pessoas que se tem voltado para o trabalho com o sexo, para se sustentar, pois, são pessoas que são invisíveis a sociedade e por isso voltam-se a trabalhos mais noturnos.

3.1.2.2.3 Isolamento que limita a possibilidade de sobrevivência dos refugiados

A Constituição sul-africana não reflete o comportamento da população. Muitos dos refugiados, não encontram emprego justamente porque sofrem de xenofobia e discriminação por suas condições sexuais. No livro “Fora da Zona de Segurança” há um relato afirmando que mais da metade dos LGBTI's que vivem na África do Sul não conseguem se estabilizar financeiramente devido a grande dificuldade de encontrar emprego fixo, este fator se dá por também ser um país com alto índice de desemprego. A dificuldade que se encontra no país sul-africano, com relação a trabalho, também é vista em Madagascar de tal modo que o número de pessoas que se prostituem, devido ao revés, é grande e tem gerado problemas maiores principalmente com relação a saúde.

O isolamento dado a essas pessoas cria barreiras para o acesso à saúde. A vulnerabilidade excepcional de refugiados LGBTI resulta em parte da sua necessidade de serviços de saúde especializados. No caso de pessoas transexuais, isso inclui a terapia hormonal e a possível readequação sexual. Assim como pessoas heterossexuais, LGBTI's também precisam de tratamentos como os de

HIV/AIDS, principalmente sob medida e aconselhamento por estupro e outro trauma psicológico.

3.2 Recomendações

Baseado no estudo realizado com a fundamentação teórica Queer, como respaldo para a percepção do grupo social em foco e o estudo empírico, a partir de relatórios, na África do Sul e Madagascar, identificaram-se algumas áreas relevantes de recomendações que passam pelos campos legais, econômicos socioculturais. Estes são:

- Reforma legal e política, urgentemente necessária, em todas as frentes para a legalização das relações do mesmo sexo, as relações homoafetivas, a visibilidade e a percepção das pessoas transexuais a proteção integral dos direitos humanos no contexto da saúde;
- Eliminação de todos os tipos de preconceitos, principalmente os relacionados a seara da sexualidade, com programas de educação nas escolas e diálogos com a comunidade para ajudar na criação de um ambiente mais favorável para uniões de pessoas do mesmo sexo e a convivência com pessoas transexuais;
- Inclusão das pessoas LGBTI's e principalmente as pessoas transexuais no mercado de trabalho por meio de política públicas que disseminem a inclusão;
- Inclusão das pessoas LGBTI'S e principalmente as pessoas transexuais nos programas educacionais;
- Promover treinamento de mídia, para desencorajar atitudes e práticas de discriminação e estigmatização em relação os direitos e as relações de pessoas transexuais e pessoas do mesmo sexo;
- Promover treinamentos a autoridades estatais e de agencias não governamentais de como devem ser tratadas as pessoas LGBTI's e principalmente as que procuram refúgio no país;
- Criar informativos, aos refugiados LGBTI's, contendo todas as informações necessárias para saber como o país funciona;
- Criar relatórios que separem dados referentes a orientação sexual e identidade de gênero para assim ter a realidade que essas pessoas

passam, divulgada, para finalidades de melhora dos programas públicos e o fomentar a pesquisa na temática LGBTI.

Estas recomendações foram pensadas devido às todas as dificuldades percebidas com relação as pessoas LGBTI's em que se encontram em situação de vulnerabilidade e procuram refúgio em novos países. Acrescido ao que fora anteposto, vale ressaltar e lembrar que inicialmente a pesquisa se dirigia ao grupo de pessoas transgêneros, contudo o escopo teve que ser adaptado afinal chegou-se à conclusão que os países, as organizações não governamentais e até mesmo as Nações Unidas ainda possuem, uma grande dificuldade em separar orientação sexual de identidade de gênero. Este fato dificultou muito a realização da pesquisa. Por fim, devido a estes dois fatores, acrescidos no parágrafo anterior, se pensou na criação dessas recomendações na utopia de se pensar que um dia o mundo abrirá os olhos.

CONCLUSÃO

Atualmente, concede-se ao século XXI o título de “era dos direitos humanos/era da globalização”. Ambos implicam em maior nível de interação interpessoal. Os direitos humanos foram criados com o intuito de evitar as atrocidades das guerras e garantir a proteção dos inocentes em nível universal, portanto, supõe-se que todos os que esperam sua proteção os implementem internamente.

A proteção é um conceito que é levado bastante em consideração no que diz respeito a questões que envolvem as pessoas perseguidas em seus países de origem. Nos dias que hodiernos, essa relação de perseguição versus proteção tem se tornado crescente com o aumento do número de países que criminalizam pessoas que não se classificam nos padrões de gênero e sexualidade, ditados pela sociedade.

É, portanto, essa realidade que se percebe a existência de um problema social que se transfigura na coluna vertebral da pesquisa realizada. Acrescido ao problema social encontrado, durante essa averiguação questionou-se a todo o tempo quais são os principais problemas que os refugiados perseguidos por questões de identidade de gênero passam. Junto a este questionamento, surge a vontade de se descobrir as características que levariam um país a ser considerado modelo na recepção dessas pessoas perseguidas.

Compreende-se a dificuldade da temática, somado ao fato de que o campo de estudo das Relações Internacionais possui uma lacuna nas abordagens que tangem a temática de gênero; principalmente envolvendo uma minoria que é tão deixada às margens sociais. Devido às construções sociais, um padrão de gênero e sexualidade foi determinado e constantemente reafirmado em formas de dispositivos. Estes padrões chegam a níveis alarmantes quando excluem pessoas da sociedade as deixando invisíveis, fazendo com que eu tenha que repensar constantemente a pergunta vertebral da pesquisa.

Entende-se que sexualidade e gênero, são termos que caminham juntos, mas que certamente delimitam demandas, necessidades diferentes como por exemplo: uma mulher heterossexual possui demandas diferentes de uma mulher homossexual, na sociedade; assim como um homem transgênero e um homem cisgênero tem demandas e necessidades diferentes perante a sociedade. Desta forma constatou-se que, infelizmente, hoje os dados disponíveis pelos Estados,

pelas ONG's e pelas Nações Unidas não contemplam a separação entre orientação sexual e identidade de gênero, tratando-se como pertencentes aos mesmos grupos. Por consequência, gera-se uma generalização e uma falta de percepção dos carecimentos dos grupos. Isto, fez com que fosse ampliado o universo que se tinha focado inicialmente (refugiados transgêneros) passando para pessoas LGBTI's que procuram proteção em outro Estado.

Portanto, os problemas que são enfrentados pelos refugiados perseguidos por identidade de gênero iniciam-se com a percepção, pelo Estado, a essas pessoas quanto indivíduos nas estatísticas, somando-se com os problemas que pessoas de orientações sexuais diferentes do padrão construído também passam. Estas dificuldades que as pessoas LGBTI's passam, são os princípios norteadores da pesquisa para se atingir o objetivo de definir as características que um país deveria ter para ser considerado um modelo na recepção de refugiados LGBTI's.

Contudo, os dois pontos que foram tratados do parágrafo anterior, são encontrados simultaneamente a partir da metodologia construída. O procedimento utilizado para se tomar as conclusões buscadas, com fundamento na pergunta de pesquisa e no que se propôs no objetivo geral, fora o método comparativo entre África do Sul e Madagascar países de mesma região geográfica, contudo com atitudes de recepção do universo de refugiados, em estudo, divergentes.

O paralelo estabelecido entre os dois países seria determinado por três indicadores, sendo eles: econômico, legal e sociocultural. Estes guias tiveram a função de guiar o estudo, para uma análise fora de determinações enviesadas, alicerçados em relatórios de grande importância tanto para a temática quanto para o ambiente internacional.

Com os índices de terminados e com os dados encontrados foi possível traçar encontros e desencontros que tivessem influência tanto legal quanto social, facilitando a identificação dos problemas a partir de uma tabela comparativa. Com todas essas determinações, constrói-se análises que aproximam e que distanciam os dois países em suas atitudes para com as pessoas LGBTI's refugiadas.

Por conseguinte, com todo o estudo comparativo determinado juntamente com as análises conclui-se que um modelo ideal de país é aquele, portanto que consegue se adequar as necessidades tanto dos refugiados que o procuram quanto das demandas da população LGBTI, que também é marginalizada. Essa adequação não se dá apenas com um trabalho constitucional legal, elas devem ser entendidas a

partir do caráter legal, social, econômico em que há a possibilidade dessas pessoas se engajarem e serem incluídas a se sentir parte do Estado. Desta forma, o estudo se preocupou, em sua última sessão, em angariar principais pontos que se atentam a essas necessidades e que de certa forma serviriam para a criação de um ambiente propício a inclusão/ participação desse grupo, específico.

Para serem incluídas e tiradas da invisibilidade, primeiramente, deve-se criar um ambiente seguro para a participação dessas pessoas, no meio social. Portanto, a eliminação de todos os tipos de preconceito, assim como uma reforma legal são princípios que irão proporcionar que essas pessoas se sintam seguras em conviver.

Frente a esta capacidade legal, que deve ser proporcionada, serve ao Estado proporcionar seus serviços públicos dentro dos objetivos legais. Desta forma, há uma preocupação que autoridades e agências estatais sejam treinados de forma a entenderem e saber como as pessoas LGBTI's devem ser tratadas de forma geral, e especificamente os refugiados recém-chegados. Além disso, desenvolver informativos que contenham todas as informações necessárias para essas pessoas que procuram proteção desse outro país que irá à acolher.

De forma secundária, e não menos importante, deve-se acomodar essas pessoas dentro do mercado de trabalho para que sejam tiradas da ilegalidade, dando oportunidades mais dignas e as tornando visíveis a sociedade. Além de desenvolver programas educacionais que diminuam a evasão escolar, das pessoas LGBTI's e refugiados.

Acredita-se que estes pontos recomendatórios, gerariam uma boa receptividade de países que asseguram proteção a pessoas que são perseguidas por não se enquadrarem a padrões de gênero e sexualidade, determinados pela sociedade. Se deu após uma extensiva pesquisa documental em que foi percebido a necessidade de ações mais ativas entre o Estado e a sociedade na promoção de visibilidade e inclusão desse grupo no meio social, gerando empatia para com a população nativa.

Nestes pontos, este tema encontra-se inesgotável pois há uma grande demanda de pessoas que necessitam ser recepcionadas e que precisam de atenção do Estado. Isto visto sua vulnerabilidade dentro de uma sociedade extremamente machista, patriarcal, lesbo/ homo/ transfóbica. Finalmente, deixa-se o questionamento de até quando os poderes estatais irão manter os olhos fechados

para as minorias? Quando irão olhar para essas pessoas e as imaginar como pessoas?

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; DA SILVA, Lorena Bernadete. *Juventudes e sexualidade*. UNESCO Brasil, 2004

África do Sul. *Constituição*. Cape Town: África do Sul, 1966. Disponível em: <<http://www.justice.gov.za/legislation/constitution/SAConstitution-web-eng-02.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2016.

ALMEIDA, Natália Kelle Dias; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. *A violência estrutural*. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, Salvador, v. 11, n. 1, jul. 2007.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. *Nascidos livres e iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos*. Genebra, Nações Unidas, 2012. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf>. Acesso em: 05 maio 2015.

_____. Diretrizes sobre proteção internacional n. 09. In: *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado*, 2011. P. 169.

AMNESTY INTERNATIONAL (Org.). *Making love*. London: Amnesty International, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Pedro/Documents/TCC/TCC EM PARTES/afr010012013en.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam. Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EESTUDOS DA HOMOCULTURA – ABEH, 5., 2010, Natal. *Transexualidade e Movimento Transgênero na Perspectiva da Diáspora Queer*. Natal: ABEH, 2010. p. 1 - 14.

BBC. *Country profile*, 2016. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/country_profiles/default.stm> Acesso em: março 2016

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*, 2006.

BOURDIEU, Pierre . *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. *Entrevistado por Maria Andréa de Loyola*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.71-96, jan./jun. 1996.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Revisiting Bodies and Pleasures. *Theory, Culture & Society*, [s.l.], v. 16, n. 2, p.11-20, 1 abr. 1999. SAGE Publications. DOI: 10.1177/02632769922050520.

_____. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgressoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002, p. 55 a 81.

B.ROBERTS; V.REDDY. *Pride and prejudice: public attitudes toward homosexuality* Hsrc Review. Cape Town, 2008. Disponível em: <<http://www.hsra.ac.za/en/research-outputs/view/4152>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

BRASIL. BrasilGlobalNet, 2016. Disponível em <<http://www.brasilglobalnet.gov.br>>

BRASIL. Embaixadas e consulados, 2016. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/servicos-do-itamaraty/enderecos-de-consulados-estrangeiros-no-brasil>>

CARDOSO, Michelle e FERRO, Luís. *Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão*, Psicologia: Ciência e Profissão, 2012.

CASTELLS, Manuel, (2002), *O poder da identidade*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The world factbook*. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>> Acesso em: jan 2015

COMAN, Adrian. *Orientação Sexual e Direitos Humanos*. 2003. Disponível em: www.hrea.org/index.php?doc_id=701#instruments. Acesso em 11 out 2014.

Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, 1992. Disponível em: <www.acnur.org/biblioteca/pdf/3391.pdf> p.p 13/14. Acesso em: 01 de junho de 2015.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GARCÍA CANCLINI, N.,1990. In: CAVALCANTI, Leonardo. *Migração e Globalização: um olhar interdisciplinar*. São Paulo: Ed. CRV, 2012, p. 293.

GALVÃO, Renata (Comp.). *África do Sul vira principal refúgio para gays perseguidos no continente*. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140314_homossexuais_africa_rg_lk>. Acesso em: 16 maio 2015.

GONZALES, Rodrigo Stumpf. O Método Comparativo e a Ciência Política. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 2008.

GONZÁLEZ, Andrea. *Migración Forzada y la persecución de los defensores LGBTI en América Central*. Disponível em: <<http://hrbrief.org/2015/03/forced-migration-and-persecution-of-lgbti-defenders-in-central-america/>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

HATE CRIMES WORKING GROUP. *Hate Crimes Working Group*. Disponível em: <<http://www.cormsa.org.za/wp-content/uploads/2010/07/hate-crimes-working-group-background-paper.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2 ed. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLAND-MUTER, Susan. *Outside the Safety Zone: An Agenda for Research on Gender-Based Violence Targeting Lesbian and Bisexual Women in South Africa*. Cape Town: Astrea, 2012.

HUMAN RIGHTS FIRST. *Persistent Needs and Gaps: the Protection of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex (LGBTI) Refugees: An Overview of UNHCR's Response to LGBTI Refugees and Recommendations to Enhance Protection*. United States Of America: Human Rights First, 2010. Disponível em: <[https://www.pobal.ie/Publications/Documents/Persistent Needs and Gaps.pdf](https://www.pobal.ie/Publications/Documents/Persistent%20Needs%20and%20Gaps.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

HUMAN RIGHTS WATCH (Org.). *We are a buried generation: discrimination and violence against sexual minorities in iran*. New York: Human Rights Watch, 2010. Disponível em: <http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/iran1210webwcover_1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2015

_____. *"We'll Show You You're a Woman": Violence and Discrimination against Black Lesbians and Transgender Men in South Africa*. United States Of America: Human Rights Watch, 2011. Disponível em: <<https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/southafrica1211.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. *World Report 2014 - South Africa*. United States Of America: Human Rights Watch, 2014. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/52dfddb314.html>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

ITABORAHY, Lucas Paoli; ZH, Jingshu. *STATE-SPONSORED HOMOPHOBIA: A world survey of laws: Criminalisation, protection and recognition of same-sex love*. Bruxelas: Ilga, 2012. Disponível em: <http://old.ilga.org/Statehomophobia/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2013.pdf>. Acesso em: 5 maio 2015.

Integrated Regional Information Networks (IRIN), *South Africa: Activism makes inroads on "corrective rape"*, 15 março 2011. Disponível em at: <<http://www.refworld.org/docid/4d82fb0fc.html>> Acessado em: 25 abril 2016

Jaime Ruiz de Santiago. Os direitos humanos dos refugiados no Brasil. *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*, ano XLV-XLVI, Dezembro 1992/Maio 1993, n. 84-86, p. 126-7.

JESUS, Diego Santos Vieira de. *Aqui Jaz o Amor*. O nascimento do homem, a produção das masculinidades e as relações internacionais. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 17-29, jan. / jul. 2012.

_____. *O Mundo Fora do Armário: Teoria Queer e Relações Internacionais*. Ártemis, [s.l.], v. 17, n. 1, p.41-50, 31 jul. 2014. *Revista Artemis*. DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v17n1p41-50

JUBILUT, Lílilana Lyra; APOLINÁRIO, Sílvia Menicucci. O. S. A Necessidade de Proteção Internacional no Âmbito da Migração. *Revista Direito Gv*. São Paulo, São Paulo, v. 6, n. 1, p.275-294, Não é um mês valido! 2010.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. P. 7-34.

LUCAS PAOLI ITABORAHY E JINGSHU ZHU. *HOMOFOBIA DO ESTADO*: Análise mundial das leis: criminalização, proteção e reconhecimento do amor entre pessoas do mesmo sexo. Bruxelas: Ilga, 2013.

MADAGASCAR. *Constituição de Madagascar*. Madagascar: Madagascar, 1992. Disponível em: <http://www.servat.unibe.ch/icl/ma00000_.html>. Acesso em: 5 maio 2016.

MARINUCCI, Roberto, 2008. *Revista In Cammino*, XXXIII, 83 (julho/dezembro-2008) 7-16.

NICHOLSON, Linda. "Interpretando o gênero". *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORAM. *OPENING DOORS: A GLOBAL SURVEY OF NGO ATTITUDES TOWARDS LGBTI REFUGEES & ASYLUM SEEKERS*. San Francisco: Oram, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). Disponível em: <http://goo.gl/07jNbQ> Acesso em julho de 2015.

Organization of African Unity. *African Charter on Human and Peoples' Rights*. Disponível em: <http://www.achpr.org/files/instruments/achpr/banjul_charter.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

ORTEGA, Francisco. *Genealogias da Amizade*. São Paulo: Iluminuras Ltda., 2002. 173 p.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>. Acesso em 07/10/2013

REIS, Rossana, 2011. A política do Brasil para Migrações Internacionais. In: *Revista Contexto Internacional*, vol. 33, n. 1. Jun. 2011; p. 47 – 69

READ, Mail & Guardian Africa Best (Org.). *Jon Qwelane is so proud of his hate*. 2013. Disponível em: <<http://mg.co.za/article/2013-09-27-00-jon-qwelane-is-so-proud-of-his-hate>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

RISPEL, Laetitia; METCALF, Carol. Are South African HIV policies and programmes meeting the needs of same-sex practising individuals? In: REDDY, Asu; SANDFORT, Theo; RISPEL, Laetitia. *From Social Silence to Social Science Same-sex sexuality, HIV & AIDS and Gender in South Africa*. Cape Town: World Rights, 2009. Cap. 15. p. 1-296.

SALIH, SARA, *Judith Butler e a Teoria Queer* / Sara Salih: Tradução e Notas Guacira Lopes Louro. – 1Ed. – Belo Horizonte: Autentica Editora, 2015

SANTOS, Ana Cristina. *Dos direitos humanos aos direitos das minorias sexuais: Regulação ou emancipação?*. Em Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de

Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Corpo e Sexualidade.

SOUTH AFRICA. SOUTH AFRICAN HUMAN RIGHTS COMMISSION. *South African Human Rights Commission Equality Report*. Cape Town: Sahrc, 2012. 63 p.

Disponível em: <http://www.sahrc.org.za/home/21/files/Equality_Report_20_Oct_2012_Final.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016

TICKNER, A. *A Critique of Morgenthau's Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation*. Millennium 17, 1988:P. 429-440.

TOONEN, Nicholas. *Optional Protocol to the International Covenant on Civil and Political Rights*. 1992. Disponível em:

<<http://www1.umn.edu/humanrts/undocs/html/vws488.htm>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; PEYTRIGNET, Gérard; RUIZ DE SANTIAGO, Jaime; INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS; COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA; ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. *As Três Vertentes da Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana: Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito dos Refugiados*. San José; Brasília: ACNUR: CICV: IIDH, 1996.

UN High Commissioner for Refugees. *Discriminatory Laws and Practices and Acts of Violence Against Individuals Based on Their Sexual Orientation and Gender Identity*.

Rep. of the U.N. High Commissioner for Human Rights, Human Rights Council, Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/19session/A.HRC.19.41_English.pdf> Acesso em: 5 maio 2015

UNITED NATIONS. *Joint Statement on the Rights of LGBT Persons at the Human Rights Council*. Disponível em:

<<http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2011/03/158847.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/cescr.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

_____. *International Covenant on Civil and Political Rights ICCPR*. 1976. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/3ae6b3aa0.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

UNITED NATIONS FOR LGBT EQUALITY. *Fact Sheet Criminalization*. Disponível em: <[https://www.unfe.org/system/unfe-43-UN_Fact_Sheets_-_FINAL_-_Criminalization_\(1\).pdf](https://www.unfe.org/system/unfe-43-UN_Fact_Sheets_-_FINAL_-_Criminalization_(1).pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

UNHCR (Org.). *UNHCR Statistical Yearbook 2010*. Genebra: Unhcr, 2010.

Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4ef9c8139.html>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. *Global Trends: Forced Displacement*. Geneva: Unhcr, 2014. 55 p.

_____. *Guidance Note on Refugee Claims Relating to Sexual Orientation and Gender Identity*. Geneva, 2008. 18 p.

_____. *Population Statistics Database*. 2015. Disponível em:

<<http://popstats.unhcr.org/en/overview>>. Acesso em: 20 abr. 2016

VIANA, Diane Almeida. *Figurações da Corporeidade: Por uma concepção psicanalítica de corpo pelas bordas da pulsão*. 2004. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

YIN, R. K. *Case study: design and methods*. 3a edição. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2003.